PILARES DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES **INTERESSADAS**

Piauí: Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID 19

ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 9596-BR

REVISADO
Junho 2026

THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP

Governador do Estado do Piauí
Rafael Tajra Fonteles

Secretário de Estado do Planejamento
Washington Luís de Sousa Bonfim

Secretário de Estado da Saúde
Dirceu Hamilton Cordeiro Campêlo

Secretário de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
João de Deus Sousa

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Aldara Rocha Leal Vilar Pinto

ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí
Juliana Macedo Rodrigues Cunha Portela
Mayara Luíza Alves Pereira

COLABORAÇÃO

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí
Célio de Sousa Pitanga

Secretaria de Saúde do Estado do Piauí
Maria do Amparo da Silva Bida
Mesquita Romênia Noleto Guedes
Sammia Fawsia de Deus

Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Amália Rodrigues de Almeida
Irayldes Marques Campelo
Janaína Mapurunga Bezerra de Miranda
Letícia Rocha Pires Ferreira

Secretaria do Trabalho, Emprego e Esporte
Marina Nery Coutinho Pierotti Monteiro
Sara Ribeiro Morais de Carvalho

Ouvidoria Geral do Estado do Piauí
Edmundo Ximenes Rodrigues Neto
Raimundo Dutra de Araújo

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós- COVID19 (PDH).

O documento foi preparado pela Unidade Coordenadora do Projeto (UCP), junto a informações fornecidas pelas equipes das áreas de abrangência e influência do Projeto, bem como pelo Banco Mundial.

O Plano será submetido a divulgação e consulta pública com finalidade de aperfeiçoamento do Projeto, tendo em vista a coleta do máximo de contribuições das partes interessadas, podendo essas, se for o caso, serem complementadas ao longo do processo de implementação do Projeto. Depois de consentâneo, será finalizado e devidamente publicado.

Esta é uma versão atualizada do Plano, que foi originalmente elaborado e consultado durante a preparação do Projeto. A primeira atualização foi realizada com objetivo de aprimorar os métodos de engajamento e assegurar que as informações e estratégias permaneçam claras, acessíveis e culturalmente adequadas aos diversos públicos envolvidos. Ademais, esta segunda atualização do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) decorre da inclusão da Secretaria do Trabalho e Emprego do Estado do Piauí (SETRE) como executora/Unidade Implementadora do Projeto (UIP), o que demandou a adequação das estratégias de engajamento, comunicação e coordenação institucional.

ABREVIAÇÕES

CAISAN	Câmara Institucional de Segurança Alimentar
CEAS	Conselho Estadual da Assistência Social
CEDDM	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher
CEFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEREST	Centro de Referência em saúde do Trabalhador
CES	Conselho Estadual de Saúde
CETER-PI	Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda
CIB	Comissão Inter gestores Tripartite
CGE	Controladoria Geral do Estado
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
COSEMS-PI	Conselho de Secretarias Municipais do estado do Piauí
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRESS-PI	Conselho Regional de Serviço Social
DIVISA	Diretoria de Vigilância Sanitária
DUAF	Diretoria da Unidade Administrativa e Financeira
DUP	Unidade de Planejamento
DUVAS	Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAR	Mecanismo de Atendimento a Reclamações
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OGE	Ouvidoria Geral do Estado
PDH	Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID 19

PEPI	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas
PPA	Plano Plurianual
SASC	Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
SEIPS	Conselho Deliberativo do Sistema Estadual de Inclusão e Promoção Social
SEGOV	Secretaria de Governo do Estado do Piauí
SEMPI	Secretaria das Mulheres do Estado do Piauí
SETRE	Secretaria do Trabalho e Emprego do Estado dp Piauí
SINDESPI	Sindicato dos Empregados em estabelecimentos de Saúde do estado do Piauí
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do SASC
SUGAD	Superintendência de Organização do Sistema de Saúde
SUPAT	Superintendência de Atenção Primária à Saúde e Municípios
UCP	Unidade Coordenadora do Projeto
UIP	Unidade Implementadora do Projeto

SUMÁRIO

1. Introdução 8
1.1. Objetivos 8
1.1.1. Objetivos para a Vigilância em Saúde 9
1.1.2. Objetivos para a Proteção Social e Inclusão Produtiva 9
1.1.3. Objetivos Intersetoriais 9
1.2. Componentes 9
1.2.1. Componente 1: Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde e Capacidades 9
1.2.2. Componente 2: Fortalecimento do Sistema de Proteção Social e Capacidades 10
1.2.3. Componente 3: Apoio a uma maior segurança alimentar e acompanhamento nutricional de crianças 10
1.2.4. Componente 4: Gerenciamento do Projeto 11
2. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas 12
2.1. Identificação e Análise das Partes Interessadas 12
2.1.1. Conceito 12
2.2. Mapeamento das Partes Interessadas 13
2.3. Indivíduos e Grupos Vulneráveis ou Desfavorecidos 16
3. Envolvimento na Preparação do Projeto 16
3.1. Engajamento Prévio 17
3.1.1. Modelo orçamentário brasileiro 17
3.1.2. PPA 17
3.1.3. LDO 18
3.1.4. LOA 18
3.1.5. Planejamento Participativo Territorial 18
3.2. Proteção Social 19
3.3. Vigilância em Saúde 20
3.4. Consulta Pública 20
3.4.1. Publicação 21
3.4.2. Estratégia de Consulta Pública 21
3.4.3. Divulgação da Consulta 22
3.4.4. Devolutivas 22
3.4.5. Resumo da consulta pública de preparação do PDH 22
4. Envolvimento durante o Projeto 24
4.1. Princípios 24
4.2. Estratégia 24

5. Recursos e Responsabilidades 33
5.1. Recursos 33
5.2. Funções e Responsabilidades de Gestão 33
6. Mecanismos de Atendimento a Reclamações (MAR) 34
6.1. Ouvidoria Geral do Estado do Piauí (OGE/PI) 37
6.2. Plataforma Fala.Br e o Fluxo das Manifestações 38
6.3. Publicização 40
6.4. Prazo de Resposta da OGE 40
6.5. Gestão das Queixas e Reclamações 40
6.6. Indivíduos ou Grupos Vulneráveis 41
6.6.1. Protocolo DIGA 41
7. Monitoramento, Avaliação e Relatórios 42
7.1. Monitoramento e Avaliação 42
7.2. Indicadores 43
7.3. Relatórios 43
ANEXOS 44
Anexo 1. Reunião Serra do Inácio – Audiência Pública 49
Anexo 2. I Seminário Informativo voltado para as equipes técnicas da SASC, com participação da SEPLAN 54
Anexo 3. Seminário Informativo SESAPI/Banco Mundial 56
Relatório da Consulta Pública 58
1. Introdução 63
2. Consulta de divulgação e socialização para preparação do Projeto - PDH: Considerações gerais 63
2.1. Diretrizes 64
2.2. Abrangência da Consulta 65
2.3. Organização da Consulta Pública do PDH 65
2.4. Mobilização e Divulgação do webinar do Projeto PDH 65
2.5. Estratégia de participação 66
3. Implantação do Webinar de divulgação e socialização do PDH 67
CONSIDERAÇÕES FINAIS 70
ANEXOS 71

1. Introdução

A produção do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) atende aos requisitos da Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações) estabelecida pelo Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial.

A NAS 10 reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais, contribuindo para melhorar a eficiência da implementação, aceitação e sustentabilidade ambiental e social dos Projetos de desenvolvimento, e determina cinco objetivos focais:

(i) Estabelecer uma estratégia sistemática de envolvimento das partes interessadas que ajudará os Mutuários a criar e manter uma relação construtiva com as partes interessadas e, em particular, com as partes interessadas pelo Projeto;
(ii) Avaliar o nível de interesse das partes interessadas e apoio para o Projeto e permitir que as opiniões sejam consideradas na concepção do Projeto e desempenho social e ambiental;
(iii) Promover e proporcionar meios para o envolvimento eficaz e inclusivo das partes afetadas pelo Projeto durante todo o ciclo de vida do Projeto sobre questões que poderiam afetá-las;
(iv) Garantir que informações apropriadas sobre riscos e impactos socioambientais do Projeto sejam divulgadas às partes interessadas de modo atempado, acessível, compreensível e adequado;
(v) Garantir que comunidades afetadas pelo Projeto tenham meios acessíveis e inclusivos para apresentar questões e queixas, e permitir que os mutuários respondam e administrem tais questões e queixas.

Este documento reúne conteúdo material, procedimentos, etapas e responsabilidades do processo de divulgação das informações do Projeto, assim como a estratégia de envolvimento e consulta às Partes Interessadas durante a implementação da operação ora em preparação.

1.1. Objetivos

As atividades propostas nos componentes buscam aprimorar a capacidade de resposta do Estado em meio a acontecimentos que exijam o desenvolvimento enérgico de medidas de prevenção, contenção e/ou mitigação de riscos no Sistema de Vigilância em Saúde e nos Sistemas de Proteção Social e Fomento à Inclusão Social e Produtiva. Os objetivos, que compreendem os componentes apresentados, contribuirão para a construção de metodologias específicas de enfrentamento de situações inesperadas e não usuais, assim como garantirão um melhor desempenho e qualidade no fornecimento do serviço habitual, fortalecendo os sistemas e evitando a sobrecarga. Tais objetivos estão detalhados em atividades específicas, podendo um mesmo objetivo ter atividades que englobam mais de um componente.

Com base nisso, considerando a semelhança entre as atividades, os objetivos são apresentados e o detalhamento das atividades que estes compreendem será feito conforme a Tabela 1, distribuindo as diferentes atividades em blocos específicos. Os blocos classificam as atividades com base na similaridade entre as intervenções propostas,

sistema que oferece uma maior organização na categorização e permite que atividades semelhantes possam ser analisadas de forma conjunta no que diz respeito aos seus possíveis riscos e impactos. Assim, quatro diferentes blocos foram pensados:

(i) Capacitação da equipe técnica;
(ii) Modernização de estruturas físicas, equipamentos e mobiliários;
(iii) Desenvolvimento de novos sistemas de atendimento/inclusão e reestruturação de sistemas/serviços existentes;
(iv) Transferência de renda, segurança alimentar e cursos de qualificação profissional para grupos prioritários.

1.1.1. Objetivos para a Vigilância em Saúde

A. Fortalecimento da capacidade técnico-gerencial e dos mecanismos de coordenação e monitoramento das ações em vigilância em saúde em nível regional;
B. Estruturação física e tecnológica da rede administrativa e gerencial dos serviços de vigilância em saúde abrangendo unidades centralizadas e descentralizadas;
C. Modernização e estruturação física e tecnológica do sistema de avaliação da qualidade da prestação dos serviços sujeitos ao controle sanitário;
D. Fortalecimento da capacidade de investigação e análise de informações para suporte ao processo de tomada de decisão;
E. Fortalecimento da capacidade estadual de avaliação de riscos (químico, biológico, físico, ergonômico e acidentes) no âmbito das quatro vigilâncias (epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador);
F. Expansão da capacidade de análise e oferta de procedimentos laboratoriais no nível central e fortalecimento dos processos de coordenação e supervisão da rede laboratorial de suporte ao sistema de vigilância em saúde;
G. Expansão e consolidação dos processos de gestão técnica, científica e operacional do sistema estadual de vigilância em saúde.

1.1.2. Objetivos para a Proteção Social e Inclusão Produtiva

H. Estruturação da rede de inclusão produtiva;
I. Fortalecimento da capacidade do Estado para realizar o programa estadual de transferência de renda para grupos prioritários;
J. Modernização da estrutura física e capital humano da Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SASC) e da Secretaria do Trabalho e Emprego (SETRE).

1.1.3. Objetivos Intersetoriais

K. Segurança alimentar e acompanhamento nutricional de crianças.

1.2. Componentes

1.2.1. Componente 1: Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde e Capacidades

Esse componente visa fortalecer o Sistema Estadual de Vigilância em Saúde, melhorando suas estruturas e introduzindo mecanismos de coordenação e gestão da prestação de serviços, com foco em populações prioritárias e regiões/áreas do Estado com

serviços mais deficitários. As atividades financiadas incluirão: (a) estruturação física e tecnológica dos serviços de vigilância sanitária responsáveis pelo processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e divulgação de informações sobre eventos relacionados à saúde; (b) estruturação tecnológica dos serviços laboratoriais; e (c) revisão e atualização de protocolos, regulamentos, normas técnicas e diretrizes, no contexto da estrutura de governança; e (d) fortalecimento da coleta de dados de Violência Baseada em Gênero (VBG) e análise de informações.

Esse componente também visa fortalecer as capacidades institucionais, técnicas e de governança da vigilância sanitária do Estado, com foco na SESAPI e órgãos regionais. As atividades financiadas incluirão: (a) aperfeiçoamento profissional dos técnicos e diretores da rede estadual de vigilância sanitária através de capacitações em gestão de serviços, gestão de riscos à saúde, gestão de sistemas de informação, VBG e planejamento, execução e avaliação dos processos de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e de saúde do trabalhador; (b) reorganização do sistema descentralizado de vigilância sanitária, incluindo instalações e equipamentos para os níveis regional e municipal, conforme necessário; e (c) revisão e harmonização de normas técnicas relacionadas à determinação de fatores e situações de risco à saúde, abrangendo estudos de análise de risco, regulamentos e políticas/programas de gestão de risco realizados pelo Estado.

1.2.2. Componente 2: Fortalecimento do Sistema de Proteção Social e Capacidades

As ações previstas para esse componente visam melhorar o Sistema Estadual de Proteção Social, as políticas de inclusão produtiva e as capacidades institucionais/governamentais, fortalecendo os benefícios da assistência social para aqueles que necessitam de apoio imediato. Conjuntamente, esse componente também buscará estruturar serviços para uma inclusão produtiva mais sustentável, melhorando a capacidade do Estado de desempenhar um papel mais efetivo na fiscalização e apoio às atividades de proteção social e trabalhistas, especialmente para responder de forma mais eficaz aos choques econômicos e ambientais. As atividades a serem financiadas por esse componente abrangem os 224 municípios, incluindo os 125 classificados como sendo de maior índice de riscos a eventos climáticos.

1.2.3. Componente 3: Apoio a uma maior segurança alimentar e acompanhamento nutricional de crianças

Esse componente responde ao crescente desafio da insegurança alimentar no Estado do Piauí, exigindo uma abordagem intersetorial coordenada. Em particular, isso implica no apoio ao Estado para:

(i) Implementar a vigilância alimentar e nutricional como parte da atenção primária de rotina;
(ii) Ampliar as medidas de prevenção e controle da desnutrição infantil e promoção de práticas alimentares saudáveis na atenção primária, especialmente para famílias em situação de risco;
(iii) Fortalecer a interoperabilidade entre os sistemas de informação de saúde e proteção social;
(iv) Fortalecer a capacidade dos gestores, tanto de saúde, quanto de proteção social, para utilizar dados de vigilância na melhoria da identificação dos determinantes de vulnerabilidades sociais, rastrear as famílias afetadas e

priorizar intervenções focadas em famílias com crianças menores de cinco anos que estão em risco ou afetadas pela desnutrição (particularmente famílias chefiadas por mulheres);

(v) Estabelecer mecanismos de comunicação formais e rápidos entre os gestores de saúde e proteção social (assim como aqueles nos setores de educação e agricultura) para fortalecer de forma sustentável os serviços e encaminhamentos para grupos em risco daqui para frente.

Com base nisso, as ações contidas neste componente terão como objetivo fortalecer, de forma abrangente, os serviços às famílias em situação de insegurança alimentar e às crianças afetadas pela desnutrição.

A SESAPI será responsável pela aplicação de uma ferramenta para rastrear a desnutrição e a obesidade infantil no Estado. Uma vez identificadas, essas crianças receberão atenção e acompanhamento especial no nível de atenção primária. A vigilância alimentar e nutricional por profissionais de saúde inclui avaliação das dietas domiciliares com base em marcadores de consumo alimentar, bem como avaliações antropométricas para identificar distúrbios nutricionais. Quando encaminhadas a SASC, as crianças e suas famílias identificadas como de risco moderado a grave serão incluídas na rede de proteção social, inscritas nas políticas de assistência social e inclusão econômica apropriadas, ou encaminhadas a instituições para acesso a serviços adequados.

O acompanhamento das famílias, por sua vez, será realizado pela gestão de casos e visitas domiciliares das coordenadorias de Assistência Social locais, garantindo a inclusão em programas elegíveis de transferência de renda ou avaliação da elegibilidade de membros adultos da família a serviços de inclusão econômica/produtiva. Trata-se de proporcionar às famílias uma solução mais sustentável para a insegurança alimentar disponibilizando informação e ampliando o acesso ao mercado de trabalho, melhorando a renda.

A implementação deste programa intersetorial será apoiada pelo Projeto em diferentes fases: A implantação terá início em 26 dos municípios mais afetados, dos quais 19 estão localizados em áreas de risco de desastres ambientais - como enchentes, secas, desertificação, por desmatamento e/ou queimadas. O Estado buscará, então, expandir para todos os municípios nos quais 10% ou mais das crianças menores de cinco anos residentes tenham desnutrição crônica. Atualmente, isso se aplica a 95 municípios (35% de todos os municípios do Estado).

1.2.4. Componente 4: Gerenciamento do Projeto

O quarto e último componente está ligado à implementação do Projeto, focando no fortalecimento das Agências Executoras. O principal objetivo é apoiar a gestão, monitoramento, fiscalização e divulgação dos resultados alcançados em cada etapa implementada e devidamente avaliada do PDH. Com base nisso, será construída uma metodologia de acompanhamento a partir dos indicadores pensados para cada atividade, assim como aqueles escolhidos para analisar os riscos e impactos ambientais e sociais associados às medidas mitigadoras priorizadas para cada problemática descrita.

2. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do Projeto tem base nos seguintes princípios:

- Transparência e divulgação de informações relevantes às partes interessadas;
- Participação social através de canais acessíveis de interlocução com as partes interessadas e com a população em geral;
- Incorporação crítica das manifestações das partes interessadas sobre a execução das atividades;
- Especial atenção aos indivíduos e grupos vulneráveis;
- Resposta e resolução de queixas de forma tempestiva e eficiente.

2.1. Identificação e Análise das Partes Interessadas

2.1.1. Conceito

O processo de identificação das partes interessadas possui duas características importantes: inclusão e participação. Revelando-se ser uma fase do Projeto imprescindível para que ocorra, de fato, a participação e o engajamento das partes interessadas, devendo ser executada de forma contínua ao longo de todas as etapas do Projeto. Portanto, o PEPI sintetiza os resultados dessa identificação. Este processo, quando feito da forma correta e devidamente implementado, apoia o desenvolvimento de relações fortes, construtivas e receptivas, que são importantes para o êxito da gestão de impactos ambientais e sociais que favorecem de forma significativa o sucesso do Projeto. Conhecer as partes interessadas (incluindo comunidades, grupos ou indivíduos vulneráveis afetados) e envolvê-los em todo o processo é essencial para o êxito do Projeto.

A NAS 10 utiliza o termo “partes interessadas” como sendo indivíduos ou grupos de pessoas que: (i) são afetadas ou são suscetíveis de serem afetadas pelo Projeto (partes afetadas pelo Projeto); ou (ii) podem ter um interesse no Projeto (outras partes interessadas).

A finalidade deste PEPI é determinar uma estratégia sistemática de engajamento das partes interessadas, inclusive estabelecendo processos de divulgação de informação, consulta e respostas a solicitações de informações e a queixas durante todo ciclo de vida do Projeto. O plano descreve todos os meios que serão utilizados pelos órgãos de influência/executores para divulgação das informações relevantes, comunicação entre as instituições e as partes interessadas e recebimento e resposta às manifestações (pedidos de informações, sugestões, denúncias e elogios) das partes interessadas a respeito do Projeto.

As partes interessadas podem ser categorizadas por meio de uma matriz de interesse e influência (Figura 1). Dessa forma, dependendo do nível de interesse e influência de uma determinada parte, ambos classificados entre Alto, Médio ou Baixo, será possível alocá-las em um dos quatro níveis de interesse e traçar estratégias específicas voltadas para cada grupo. Os níveis de interesse são categorizados em:

- Informação, no qual haverá o engajamento uma vez ao ano, na maioria das vezes por meio de informações escritas indiretas (e.g. mídia em massa);

- Consulta, requer engajamento em menores intervalos de tempo (e.g. a cada seis meses), geralmente pelo uso de informações escritas;

- Cooperação, demanda ações de engajamento regulares e frequentes, na maioria dos casos através de reuniões que envolvam contato direto com as partes realizadas várias vezes ao ano, incluindo informações verbais e escritas;

- Execução, na qual as partes interessadas deverão ser consultadas regularmente e participar de forma direta nos processos decisórios do Projeto.

Figura 1. Matriz de interesse e influência para categorização das partes interessadas ao Projeto.

NÍVEL DE INFLUÊNCIA				
Alto	Cooperação	Cooperação	Execução	
Médio	Informação	Consulta	Consulta	
Baixo	Informação	Informação	Consulta	
	Baixo	**Médio**	**Alto**	**Nível de Interesse**

2.2. Mapeamento das Partes Interessadas

O processo de identificação das partes interessadas aconteceu da seguinte forma:

No primeiro momento quando da identificação das partes interessadas e para elaboração do documento (PEPI) foram colhidas informações fornecidas pelas equipes técnicas das Unidades Implementadoras do PDH, e realizada uma pesquisa que deu subsídio para o desenho das atividades e informações complementares sobre os locais que serão atendidos, bem como pelas informações contidas no Marco de Gestão Socioambiental. Essa identificação inicial poderá ser aperfeiçoada a partir dos dados coletados na consulta pública do PEPI, que será detalhada neste documento em momento oportuno.

Num segundo momento, a identificação das partes interessadas será feita durante a execução do Projeto dando a este processo um caráter contínuo. Desse modo, todas as equipes envolvidas na implementação e execução do Projeto, parceiros e mecanismos de queixas e reclamações serão fontes de uma permanente retroalimentação na identificação das partes interessadas. Se durante a execução do Projeto ocorrer a identificação de uma nova parte interessada, será feita a sua inserção no PEPI e serão criadas formas de envolvimento e comunicação específicas e adequadas para os casos.

Quadro 1. Grupos de Partes Interessadas – Mapeamento.

Grupo de Interesse	Natureza do Interesse no Projeto	Interesse	Influência	Tipo de Envolvimento
Partes Afetadas				
Secretaria de Saúde (SESAPI), Secretaria de Assistência Social (SASC) e Secretaria do Trabalho e Emprego (SETRE)	Implementação do Projeto, fortalecimento institucional, ampliação e melhoria na prestação dos serviços ofertados.	Alto	Alta	Execução
Secretarias Municipais de Saúde;	Ampliação/melhoria na prestação dos serviços, fortalecimento institucional.	Alto	Média	Cooperação
Secretarias/Coordenadorias Municipais de Assistência Social;	Ampliação/melhoria na prestação dos serviços, fortalecimento institucional.	Alto	Média	
Funcionários das Unidades que terão seus equipamentos modernizados e que serão reformadas[1];	Melhoria das condições de trabalho.	Alto	Média	
Trabalhadores que frequentam/ utilizam os serviços do CEREST;	Melhoria na qualidade do atendimento, prestação dos serviços.	Alto	Baixa	Consulta
Beneficiários do Cartão Pró- Social e de outros Programas de Transferência de Renda	Receberão transferência de renda e serão encaminhados para a rede de inclusão produtiva.	Alto	Baixa	
Famílias em situação de insegurança alimentar e crianças afetadas pela desnutrição	Serão beneficiárias diretamente pelas atividades previstas no componente 3 – Multisetorial	Alto	Média	Cooperação
Outras Partes Interessadas				
Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN);	Fortalecimento Institucional, implementação do Projeto.	Alto	Alta	Execução
Instâncias Colegiadas de Gestão: Conselhos;	Seus representados serem contemplados com melhores condições de trabalho. Implementação de atividades discutidas no âmbito do Conselho.	Médio	Baixa	Informação
Representativos da Saúde[2] e da Proteção Social[3];	Seus representados serem contemplados com melhores condições de trabalho. Implementação de atividades discutidas.	Médio	Baixa	
Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDS);	Concretização das atividades do Projeto.	Médio	Baixa	

[1] Funcionários e servidores da SASC, SESAPI, LACEN, CEREST, SINE, CRASs; Profissionais da Proteção Social do estado do Piauí que serão capacitados; Profissionais da Saúde do estado do Piauí que serão capacitados.

[2] Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); Conselhos das Secretarias Municipais do estado do Piauí (COSEMS-PI) e Câmara institucional de Segurança Alimentar – CAISAN.

[3] Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PI); Conselho Federal de serviço Social (CFESS); Conselho deliberativo do Sistema estadual de Inclusão e Promoção Social (SEIPS); Conselho estadual de defesa dos Direitos da Mulher (CEDDM); Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e renda (CETER-PI); Conselho Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Escravo; Comitê Estadual de Articulação de Políticas para as Mulheres; Conselho Interno da Seplan de Pró - Equidade, gênero e Diversidade; Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS).

Conselhos territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS);	Seus Territórios serem contemplados com as ações do Projeto.	Médio	Baixa	Informação
Regionais de Saúde do Estado do Piauí;	Melhoria nos serviços de saúde.	Alto	Baixa	
Construtoras;	Provisão de serviços.	Alto	Baixa	
Sindicatos da Construção Civil e empreiteiras;	Seus representados serem contemplados com melhores condições de trabalho.	Baixo	Baixa	
Sindicato[4] de Servidores da Saúde e Assistência Social do estado do Piauí;	Seus representados serem contemplados com melhores condições de trabalho.	Alto	Média	Consulta
População geral do estado;	Melhoria das informações do sistema de vigilância em Saúde, que informam políticas públicas e diminuição do número de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema.	Baixo	Baixa	Informação
Imprensa;	Informar a população.	Baixo	Baixa	
Organizações não-governamentais;	Acompanhamento de população em situação de extrema vulnerabilidade.	Médio	Baixa	
- Ministério da Saúde - Ministério da Fazenda - Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Contribuir na implementação das Políticas e Programas dos órgãos e subsídio para tomada de decisão.	Baixo	Baixa	

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO SEPLAN

2.3. Indivíduos e Grupos Vulneráveis ou Desfavorecidos

São considerados vulneráveis as pessoas ou grupos que têm maior probabilidade de serem negativamente afetados pelos impactos do Projeto e/ou são mais limitados do que outros na sua capacidade de aproveitar os benefícios do Projeto. Tais indivíduos ou grupos também têm mais probabilidade de serem excluídos ou se tornarem incapazes de participar plenamente no processo principal de consulta e, como consequência, podem requerer medidas específicas e/ou assistência para tanto. Serão observadas as considerações relativas à idade, incluindo idosos e menores, bem como as circunstâncias em que possam estar separados da sua família, da comunidade ou de outros indivíduos dos quais dependam. Esses indivíduos ou grupos podem incluir: mulheres, jovens, crianças, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e indígenas. Dentre os aspectos de vulnerabilidade que são encontrados entre os seguintes grupos diretamente afetados pelo Projeto, destacam-se:

(a) Pessoas com acesso limitado ou inexistente a tecnologias;
(b) Pessoas que vivem nas ruas;
(c) Pessoas que vivem nas periferias em situação de pobreza ou extrema pobreza;
(d) Pessoas que residem em regiões com acesso precário ou escasso a serviços de saúde ou assistência social;
(e) Trabalhadores informais em geral;
(f) Pessoas com deficiência;
(g) Mulheres em vulnerabilidade econômica e social (chefes de família, com crianças ou gestantes);
(h) Refugiados ou imigrantes;
(i) Pessoas ou comunidades tradicionais e povos originários (quilombolas, quebradeiras, ribeirinhas e outros).

Dentre esses grupos, os aspectos de vulnerabilidade potencialmente presentes são:

(a) Pobreza ou insegurança financeira e alimentar;
(b) Vulnerabilidade territorial;
(c) Desigualdade de gênero;
(d) Desigualdade racial;
(e) Vulnerabilidade de crianças, adolescentes e idosos;
(f) Modos de vida tradicionais;
(g) Pessoas com deficiência.

As ações de envolvimento e engajamento das partes interessadas anteriormente apresentadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas ou grupos.

3. Envolvimento na Preparação do Projeto

O PEPI descreve o cronograma e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do Projeto e leva em consideração a opinião dessas partes, configurando-se, portanto, em um documento construído com transparência e participação. Durante o processo de elaboração do PEPI, são identificados os pontos de vista das partes interessadas, incluindo a identificação dessas partes e as propostas de contatos futuros.

O PDH é um Projeto que está em fase de elaboração, num processo que envolve as partes interessadas desde a sua concepção, até a sua implementação como forma de comunicar e interagir com as pessoas para atender às suas necessidades, solucionar as questões à medida que ocorrerem e incentivar engajamento nas atividades do Projeto.
Isso posto, é relevante dizer que a partir da identificação das Partes Interessadas pode-se realizar a primeira Consulta Pública da estratégia de envolvimento descrita no Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Outras consultas poderão ser feitas ao longo de todo o ciclo de vida do Projeto de acordo com a necessidade.

3.1. Engajamento Prévio

O engajamento das partes interessadas inicia-se principalmente com mecanismos existentes estabelecidos pela legislação e pelas políticas que preveem a gestão participativa e o controle social nos sistemas descentralizados do SUS e SUAS (por exemplo, lei nº 8.142/1990 e portaria 3.027/2007 para o SUS e lei nº 8.742 /1993 e resolução 145/2004) que promovem diálogo, consulta, fóruns com atores, entre eles movimentos sociais e organizações de populações vulneráveis, que refletem forte engajamento do Governo do Estado do Piauí com atores relevantes do SUS e do SUAS. Essas redes são mais que meras instâncias consultivas, mas participam ativamente do desenvolvimento de soluções.

3.1.1. Modelo orçamentário brasileiro

O Planejamento Orçamentário é uma atividade que organizações de todos os tipos e portes, incluindo empresas e órgão públicos, lançam mão para garantir uma melhor saúde financeira ao planejar despesas, receitas, investimentos e custos que a instituição terá no futuro. Foi para padronizar esse processo e permitir um maior controle social sobre sua elaboração, que os constituintes criaram o Modelo Orçamentário Brasileiro (CF 88, Art. 165). Nesse modelo, 3 leis de iniciativa exclusiva do Poder Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) devem ser elaboradas e encaminhadas ao Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Estaduais ou Distritais e Câmaras Municipais) para aprovação, estabelecendo programas e ações prioritárias para um determinado período, além de fixar o valor máximo gasto por cada um e de onde virão os recursos para pagá-los. Essas Leis são chamadas de Instrumentos Orçamentários (PPA, LDO, LOA).

3.1.2. PPA

O Plano Plurianual (PPA) é, hierarquicamente, o primeiro desses instrumentos. Nesse documento, que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública em um prazo de 4 anos, é estabelecido um planejamento de médio prazo para o país, o estado ou o município.

Seu conteúdo é mais estratégico, contemplando investimentos em obras que durem mais de um ano, por exemplo, e oferecendo um norte para que os outros dois instrumentos orçamentários (a LDO e a LOA) sejam desenvolvidos de forma mais integrada e coesa. Além disso, o PPA ajuda a garantir a continuidade dos Projetos públicos, já que sua vigência começa no segundo ano dos mandatos e se encerra no primeiro ano do mandato seguinte. Ou seja, o PPA desenvolvido por um governante deverá, necessariamente, ser executado pelo seu sucessor, independente de questões ideológicas ou partidárias.

O PPA deve ser enviado pelo Poder Executivo até 31 de agosto do primeiro ano de cada mandato, e o Poder Legislativo deve devolvê-lo para sanção do Chefe do Poder

Executivo até o encerramento da sessão legislativa. O plano passa a vigorar no em 1º de janeiro do segundo ano do mandato.

3.1.3. LDO

Com base no que foi estabelecido pelo PPA, o Poder Executivo de cada membro da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deve enviar aos seus respectivos órgãos do Poder Legislativo, até o dia 15 de abril, um Projeto de lei que estabelece quais são as prioridades e metas para o próximo ano. Depois de aprovado, esse Projeto se chamará Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se o PPA é usado pelo gestor público para traçar um plano de médio prazo, a LDO serve para detalhar e organizar esses objetivos e metas para o ano seguinte.

Por exemplo, ao observar os instrumentos de planejamento do Estado do Piauí, verifica-se que para o alcance da meta de 20.000 atendimentos de assistência social previstos no PPA 2020 - 2023, foi planejado no documento de prioridade e metas da LDO 2022, uma meta de 5.000 atendimentos, ou seja, a LDO é uma etapa de planejamento para o alcance da meta global.

Em linhas gerais, a LDO tem como função fazer um link entre o PPA e o próximo instrumento orçamentário que vamos tratar, a LOA, promovendo um maior alinhamento entre os objetivos do plano de médio prazo e a realidade daquele ano, além de estabelecer limites claros e realistas para que o orçamento seja elaborado.

3.1.4. LOA

Falta fixar quanto poderá ser gasto em cada um desses itens no próximo ano e dizer de onde virão os recursos para bancar essas despesas. Esse é o papel da Lei Orçamentária Anual (LOA). Os prazos da LOA são os mesmos do PPA: encaminhamento ao legislativo até 31 de agosto e devolução para sanção até o encerramento dos trabalhos no Poder Legislativo. Esse Projeto, geralmente, é o último a ser aprovado por deputados e vereadores em cada ano, porque a Constituição Federal impede que eles saiam de recesso enquanto esse Projeto não for aprovado. Assim como a LDO, a LOA tem vigência anual.

Depois da aprovação dessa Lei, os gestores de cada área saberão qual é o valor máximo que poderão gastar em cada uma das ações listadas no PPA. Isso não significa, necessariamente, que aquele valor estará disponível em caixa para a realização dessas despesas, já que as receitas foram apenas estimadas e dependem da sua realização para que estejam à disposição. O principal benefício dessa fixação de despesas é oferecer um norte para que os gestores planejem as etapas táticas e operacionais daquelas ações no ano seguinte.

3.1.5. Planejamento Participativo Territorial

Dito isto, o Estado do Piauí instituiu Lei Complementar n°87 de 22 de Agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado e os mecanismos da participação para a elaboração do PPA, LDO e LOA e foi alterada posteriormente pela Lei 6.967, de 3 de Abril de 2017, que considera os Territórios de Desenvolvimento como Unidades de Planejamento da ação governamental, compostas pelos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CDTS) e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável (CEDS).

O CDTS é uma instância de diálogo entre a sociedade civil e os Poderes públicos, sendo um espaço sociopolítico de discussão, articulação, consulta e deliberação de

consultas públicas, com pleno engajamento dos segmentos sociais na definição de prioridades de envolvimento, consolidando espaços institucionais de participação e controle social do povo nas ações do Governo.

Figura 2. Fluxo da formação do CDTS.



Cada um dos Conselhos Territoriais é composto pelo Prefeito e o Presidente da Câmara de cada município, e dois representantes da sociedade civil organizada, ou seja, sindicatos, igrejas, cooperativas, grupos de jovens e outras. Estes são escolhidos nas Assembleias Municipais, constituindo-se, assim, instâncias de participação.

O CEDS é presidido pelo Governador do Estado e é composto por Conselheiros e seus respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da Sociedade civil organizada (assegurando a representatividade dos segmentos sociais mais expressivos do Estado).

3.2. Proteção Social

As atividades da área de Proteção Social que constam no Projeto decorrem de uma demanda articulada entre poder público e sociedade civil, por exemplo a necessidade do Cartão Pró-Social que ocorreu por ocasião da organização da Romaria da Terra, evento protagonizado por diversas organizações, especialmente as ligadas à Igreja Católica.

Durante as diversas reuniões e visitas realizadas nos territórios foi observada a existência de comunidades em situação de pleno isolamento, provocando a mobilização, as visitações, realização de diagnósticos e um conjunto de medidas para promover o resgate e inserção das famílias, dentre estas medidas destaca-se o Cartão Pró-Social (Anexo 1).

Pode-se afirmar com solidez que a participação social é uma expertise do governo do Estado, sobretudo a partir do início do exercício de 2003 até o presente, onde o mesmo adotou por princípio, no âmbito geral da Gestão, o fortalecimento da participação social em todos os processos decisórios relativos à implementação de políticas públicas em curso no Piauí.

São iniciativas diversificadas e realizadas de forma permanente, observados os espaços já existentes de diálogos com a sociedade civil através de suas organizações, representações e respectivas instâncias, a exemplo da realização de diversos fóruns populares, audiências públicas de ampla relevância, conselhos e câmaras setoriais de segmentos econômicos, bem como a necessidade de criação de outros espaços como foi o caso do Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA e da Câmara institucional de Segurança Alimentar - CAISAN.

Além disso, alguns eventos ocorreram no âmbito da SASC com finalidade de divulgação das ações propostas pelo Projeto. No dia 26 de outubro de 2022 foi realizado o I Seminário informativo voltado para as equipes técnicas da SASC, com participação da SEPLAN (Anexo 2). No dia 30 de novembro do mesmo ano, foi realizado o II Seminário voltado apenas para divulgação e esclarecimentos sobre o Cartão Pró-Social.

3.3. Vigilância em Saúde

As demandas foram identificadas a partir dos processos internos e das práticas de trabalho das áreas de vigilância em saúde das próprias Secretarias municipais e estadual por meios de seus técnicos e do perfil epidemiológico do estado, da incidência do agravo e da mortalidade, durante o enfrentamento da pandemia da COVID-19, bem como da interação com a sociedade no momento da prestação dos serviços. A partir daí, ocorreram diversas reuniões internas no âmbito dessas Secretarias envolvendo todas as áreas técnicas para definição das prioridades do Projeto, de modo que os técnicos das secretarias participaram de todas as etapas prévias (construção e definição de prioridades).

Na sequência, as atividades relativas ao Projeto foram submetidas e referendadas nas Instâncias Colegiadas de Gestão, a exemplo da Comissão Intergestores Tripartite (CIB) e Conselho Estadual de Saúde (CES). Essas redes são mais que meras instâncias consultivas, mas participam ativamente do desenvolvimento das soluções.

No dia 14 de setembro de 2022, a SESAPI realizou Seminário informativo voltado para as equipes técnicas com participação da SEPLAN, dos Coordenadores Regionais de Saúde, e com especialistas do Banco Mundial com objetivo de compartilhar informações e esclarecer os objetivos e atividades do Projeto, totalizando 45 participantes no evento (Anexo 3).

3.4. Consulta Pública

A Consulta Pública é um mecanismo de transparência utilizado para obter informações, críticas e demais manifestações relacionadas à maneira como o Projeto planeja envolver as partes interessadas desde a fase de implementação, bem como ao longo de sua execução.

A metodologia para a consulta das partes interessadas foi elaborada de uma maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, repressão, discriminação e intimidação, e para levar a comunicação até elas, de modo permanente, compreensível e acessível a todos. A fim de promover um amplo envolvimento e participação das partes interessadas, de maneira proporcional às implicações consideradas como potenciais impactos sociais e ambientais, a fim de garantir que estas estratégias estejam de acordo com as diretrizes da NAS 10.

3.4.1. Publicação

As versões preliminares da PEPI e do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) serão divulgadas na página oficial do Projeto PDH, bem como nos sites oficiais das Unidades Implementadoras (UIP) nos respectivos endereços eletrônicos:

- **SEPLAN**
  Site: https://pdh.seplan.pi.gov.br/

- **SESAPI**
  Site: http://www.saude.pi.gov.br/

- **SASC**
  Site: http://www.sasc.pi.gov.br/

- **SETRE**
  Site: https://www.setre.pi.gov.br/

3.4.2. Estratégia de Consulta Pública

A estratégia para Consulta do PDH enquanto operação a ser financiada pelo Banco Mundial está baseada no envio de uma versão preliminar do PEPI e do MGAS para grupos de discussão específicos tais como Conselhos, Sindicatos, lideranças comunitárias, ONG 's, todos atuantes nas áreas de abrangência do Projeto mapeadas no Quadro 1. Este envio foi feito diretamente pela Coordenação do Projeto e equipe Ambiental e Social localizada na SEPLAN. Essas redes são mais que meras instâncias consultivas, mas participam ativamente do desenvolvimento das soluções.

As versões preliminares do PEPI e do MGAS foram enviadas, num primeiro momento, para que essas entidades pudessem enviar comentários e sugestões. As sugestões foram coletadas, avaliadas e integradas ao documento quando houve necessidade e pertinência.

O método escolhido para a realização da Consulta Pública foi o webinar, uma vez que, considerando uma experiência recente realizada pela SEPLAN, ele foi capaz de mobilizar atores residentes nos 12 territórios de desenvolvimento do Estado e dos mais variados setores da sociedade. Além disso, foi possível garantir uma participação efetiva a um custo muito baixo para as partes interessadas na atividade. Experiências de eventos à distância ganharam notoriedade no contexto recente da pandemia, deixando um legado de familiaridade das pessoas com as tecnologias utilizadas para tais atividades. Ademais, a SEPLAN dispõe de meios tecnológicos adequados para a sua realização. A realização do webinar seguirá as seguintes diretrizes:

(i) A convocação das partes interessadas para a realização do webinar foi realizada 7 dias antes, através dos diversos canais de comunicação adotados pelo Projeto, como sites e e-mails institucionais, o sistema eletrônico de informação do Estado - SEI, convites presenciais realizados pelos agentes territoriais, além de outros instrumentos formais como ofícios;

(ii) O webinar foi híbrido. Nos casos em que houve participação presencial, foram respeitadas as regras sanitárias contra a COVID 19, conforme Decreto Estadual nº 21.495, de 24 de agosto de 2022;
(iii) Nos convites foram informados a data, o horário, o local e o link de acesso e a pauta da realização do webinar;
(iv) As contribuições e comentários das partes interessadas foram recebidas e analisadas antes, durante e depois do webinar e foram respondidas em tempo hábil através do canal de comunicação recebido.
(v) O webinar foi documentado, através de gravações em vídeo, registro fotográfico, lista de presença e transcrição escrita, e foi disponibilizado nos sites da UCP e UIP. Por fim, foi elaborado um relatório final do evento, anexado a este PEPI;
(vi) Não foi identificado parte interessada que tenha dificuldades de acessibilidade, como deficiências sensoriais, baixa alfabetização, bem como acesso precário aos canais de comunicação.

3.4.3. Divulgação da Consulta

A Consulta Pública foi divulgada, com antecedência, no site e redes sociais da SEPLAN (UCP) e das demais Unidades Implementadoras do Projeto (UIPs) - SESAPI, SASC. Foi enviado um release para imprensa local.

3.4.4. Devolutivas

Foi aberto um prazo para manifestação das partes interessadas após a divulgação do PEPI e do MGAS. Os comentários recebidos referentes aos documentos foram unificados em um instrumento de acompanhamento e compartilhado com os órgãos responsáveis pela implementação e coordenação do Projeto, que deliberaram sobre as modificações no documento. Após melhorias, uma segunda versão do PEPI e do MGAS foram produzidas e integradas ao Projeto. Todas as pessoas que se manifestaram receberam devolutivas acerca da preocupação em questão. Os meios preferidos para devolutivas foram coletados no ato do recebimento das sugestões. As versões atualizadas do PEPI e do MGAS são republicadas nos mesmos endereços eletrônicos e ficam disponíveis para consulta durante toda a implementação do projeto.

3.4.5. Resumo da consulta pública de preparação do PDH

No dia 18 de outubro de 2022 foi realizado o Webinar (Consulta Pública) para divulgação e socialização do Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID-19 (PDH), com participação de representantes da sociedade civil, gestores e representantes dos Territórios de Desenvolvimento do Estado.

As ações implementadas pelo Governo do Piauí com vistas à divulgação do Projeto supracitado foram coordenadas pela Secretaria de estado do Planejamento (SEPLAN), Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SASC), e Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI), com observância às diretrizes traçadas no Quadro Ambiental e Social do banco Mundial (BIRD).

Durante a transmissão do evento, registrou-se a participação total de 167 (cento e sessenta e sete) pessoas, sendo 19 (dezenove) presencialmente, 81 (oitenta e um) por meio do canal do Youtube e 67 (sessenta e sete) pela sala criada na plataforma do Zoom. Das 167 presenças confirmadas, 66 expuseram de forma individualizada através do formulário de

manifestação e contribuições, todas as participações identificaram território e município de origem.

No início foi realizada a apresentação do Projeto pelo Diretor do Operações de Crédito, Célio Pitanga, reforçando a importância do Projeto para as áreas de vigilância em saúde e proteção social, que se mostraram protagonistas durante o enfrentamento a pandemia do COVID-19 e, portanto, que demandam mais investimentos. Em seguida, foram apresentados os principais riscos e impactos ambientais e sociais do projeto, as ações mitigadoras, além dos impactos positivos que o projeto pretende alcançar. Durante o webinar foi constantemente reforçado que os instrumentos socioambientais (PEPI, PCAS, MGAS) estão disponíveis no site da SEPLAN, para consulta completa dessas informações. Além disso, para o PDH será utilizado como Mecanismo de Atendimento a Queixas e Reclamações, os canais já existentes da Ouvidoria Geral do Estado (OGE) e das respectivas setoriais.

Como mecanismo de deliberação, o webinar do PDH, reservou quase metade da sua duração para participação da sociedade civil, a exemplo das Associações dos Moradores, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações Quilombolas, Setores Organizados na área da política da juventude, Cáritas, membros de Conselhos Territoriais, servidores municipais representantes das Regionais de Saúde e Conselho de Assistência Social, a partir de um diálogo aberto com as mesmas por meio dos chats do Youtube e Zoom. Nesse momento, surgiram perguntas sobre:

(a) Qual o público alvo do projeto;
(b) Quais cursos de capacitação serão oferecidos;
(c) Qual a participação dos municípios no Projeto.

A partir disso, foi aproveitado o momento para esclarecer quais serão as estratégias de mobilização e engajamento dos beneficiários. Em resumo, a Superintendência de Direitos Humanos da SASC, Janaína Mapurunga, esclareceu que a sociedade civil será uma importante aliada do projeto não apenas como beneficiária, mas como um agente mobilizador, ao identificar a população que está dentro do perfil dos programas (beneficiários do cartão pró-social e cursos de capacitação). Além disso, foi dito que os critérios para participação dos programas serão divulgados amplamente nos municípios, especialmente, por meio da mídia local, rádios e TVs, de forma que a população fique ciente de como ocorrerá o projeto.

A participação dos municípios será garantida, a partir da renovação da adesão dos 224 municípios em janeiro de 2023. Dessa forma, será iniciado o processo de qualificação das gestões municipais para execução do projeto.

Quanto aos cursos de capacitação, foi respondido que os mesmos já foram previamente definidos em diversas modalidades durante a preparação do projeto, mas que o mesmo estará aberto a sugestões de novos cursos, após a realização do webinar. As sugestões puderam ser feitas por meio do preenchimento do formulário que ficou disponível no site da SEPLAN, pelo período de uma semana após a consulta. Entretanto, não houve envio de sugestões sobre o tema.

Por fim, o Governo do Estado do Piauí avaliou que o Webinar do PDH foi concluído de forma exitosa com ampla participação dos diversos segmentos da sociedade, atingindo seu objetivo principal de divulgar as informações sobre o projeto e iniciar o processo de participação significativa, estabelecendo um canal de comunicação junto aos setores interessados. Além do mais, nenhuma demanda trazida durante nem depois da consulta

pública levou a necessidade de alteração na estratégia de gestão ambiental e social do projeto.

4. Envolvimento durante o Projeto

4.1. Princípios

O Projeto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas, em consonância com as melhores práticas no tema:

- Abertura e abordagem do ciclo do Projeto: processo continuado de diálogo por meio de consultas públicas a serem organizadas durante todo o ciclo do Projeto, realizadas de maneira aberta para as partes afetadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- Participação informada e manifestação: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; haverá oportunidades para a manifestação das partes afetadas, análise e a abordagem dos comentários, demandas, sugestões e eventuais críticas;
- Inclusão e sensibilidade: a identificação das partes interessadas será contínua ao longo do Programa e realizada a fim de respaldar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subcomponentes e suas atividades será inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, são incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar os grupos vulneráveis, que demandam atenção especial;
- Flexibilidade: se o distanciamento social devido a pandemia do Covid-19 inibir as formas tradicionais de engajamento, a metodologia deve ser adaptada, valendo-se, por exemplo, das várias formas de comunicação via internet, meio que se popularizou ainda mais após a pandemia.

O engajamento das partes interessadas utilizará principalmente os mecanismos existentes estabelecidos pela legislação e pelas políticas que preveem a gestão participativa e o controle social nos sistemas descentralizados do SUS e SUAS (por exemplo, lei nº 8.142/1990 e portaria 3.027/2007 para o SUS e lei nº 8.742 /1993 e resolução 145/2004) que promovem diálogo, consulta, fóruns com atores, entre eles movimentos sociais e organizações de populações vulneráveis, que refletem forte engajamento do Mutuário com atores relevantes do SUS e do SUAS. Essas redes são mais que meras instâncias consultivas, mas participam ativamente do desenvolvimento das soluções.

4.2. Estratégia

A implementação do PDH se dará de forma a proporcionar o envolvimento de partes interessadas durante todo o ciclo de vida do Projeto. As atividades a serem realizadas durante a implementação do PDH foram agregadas em grupos e uma estratégia

de envolvimento foi traçada para cada um desses grupos a partir do mapeamento das partes interessadas, das diretrizes apresentadas no Quadro 1 e da etapa de implementação do Projeto. A estratégia para cada grupo de atividades está apresentada adiante.

Quadro 2. Estratégia de Envolvimento para atividades de Modernização de Estruturas Física, Equipamento e Mobiliários.

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsável
Planejamento	Cooperação	Funcionários/ servidores das unidades a serem reformadas (público interno)	Grupo alvo via webinar e/ou atividades presenciais	Para atividade de modernização de estrura física: Antes de Contratar o Projeto executivo - Preparação do Projeto básico. Para equipamentos e mobiliários: durante o levantamento da demanda	UIPs com apoio da UCP
				Durante a elaboração do Projeto executivo	
	Consulta	Usuários das unidades a serem reformadas que atendem ao público externo	- Caixas de sugestões física e/ou formulários online; - Criar link/QR Code para sugestões/reclamações a serem coletadas pela Ouvidoria Setorial	- Para atividades de modernização de estrutura física: Após elaboração do Projeto básico e antes da elaboração do Projeto executivo; - Para equipamentos e mobiliários: durante o levantamento da demanda	
	Informação	Funcionários/ servidores das unidades a serem reformadas (público interno)	Divulgação de informações via newsletters	Semestral	
		Usuários das unidades a serem reformadas que atendem ao público externo	Divulgação de informações nas mídias digitais das UIPs	Após finalização do Projeto executivo	
Implementação	Cooperação	Funcionários/ servidores das unidades a serem reformadas (público interno)	Grupo alvo via webinar e/ou atividades presenciais	Durante toda a obra	UIPs com apoio da UCP
	Consulta	Usuários das unidades a serem reformadas que atendem ao público externo	- Pesquisa de satisfação por meio de disponibilização de caixas de sugestões físicas e/ou formulários online nos prédios que serão	Durante toda a obra	UIPs com apoio da UCP

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsável
		Funcionários/ servidores das unidades a serem reformadas (público interno)	reformados; Criar link/QR Code para sugestões/reclamações a serem coletadas pela a Ouvidoria Setorial		
	Informação	Usuários das unidades a serem reformadas que atendem ao público externo	Disponibilização de placas informativas assegurando informações básicas dando ênfase ao número do Mecanismos de queixas e reclamações Projeto	Durante toda a obra	Construtoras
		Funcionários/ servidores das unidades a serem reformadas (público interno)	Divulgação de informações via newsletters	Semestral	UIPs com apoio da UCP
			Disponibilização de placas informativas assegurando informações básicas dando ênfase ao número do Mecanismos de queixas e reclamações Projeto	Durante toda a obra	Construtoras
		População geral	Ampla divulgação das atividades que envolvam o Projeto nas mídias sociais do Estado	Bimestral	UIPs com apoio da UCP
		Conselhos Representativos das áreas da Saúde e da Assistência Social, Comissão intergestoras regionais (CIR)		Anual	UIPs com apoio da UCP
		Sindicato de Servidores da Saúde (SINDESPI) e Assistência Social (SINDSASC) do estado do Piauí	Envio de Oficio comunicando o andamento das atividade	Anual	
Avaliação	Cooperação	Funcionários/ servidores das unidades a serem reformadas (público interno)	Formulário de avaliação, via google forms	- Para modernização de estrutura física: 45 dias após o inicio das atividades no imóvel; - Para equipamentos e mobiliários: 45 dias após a entrega dos equipamentos.	UIPs com apoio da UCP
		Usuários das unidades reformadas que atendem ao público externo	- Pesquisa de satisfação por meio de aplicação de formulários em meio físico/digital; Criar link/QR Code para sugestões/reclamações a serem coletadas pela a Ouvidoria Setorial	Semestral	

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsável
		População Geral	Pesquisa de satisfação sobre o atendimento recebido em seu uso do Mecanismo de Atendimento a Reclamações disponibilizado para as atividades do Projeto	Recorrente, durante toda a implementação	Ouvidoria Geral do Estado (OGE), com apoio das Ouvidorias Setoriais e UCP
	Informação	Conselhos Representativos das áreas da Saúde e da Assistencia Social	Envio de Ofício Comunicando o andamento das atividades	Anual	UIPs com apoio da UCP
		Sindicato de Servidores da Saúde (SINDESPI) e Assistência Social do Estado do Piauí (SINDSASC)	Envio de Ofício Comunicando o andamento das atividade		

Quadro 3. Estratégia de Envolvimento para a Atividades de Capacitação de Equipes Técnicas das redes da Saúde e Assistência Social.

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsáveis
Planejamento	Cooperação	Funcionários que serão contemplados com as capacitações	Grupo consultivo, via webinar e\ou atividades presenciais	No período da Preparação	UIPs com apoio da UCP
	Consulta	Funcionários que serão contemplados com as capacitações			
	Informação	Conselhos Representativos das áreas da Saúde e da Assistência Social	Envio de Oficio comunicando a atividade	Uma vez no período de preparação	
		Sindicato de Servidores da Saúde e Assistência Social do estado do Piauí			
Implementação	Cooperação	Funcionários que serão contemplados com as capacitações	Grupo consultivo, via webinar e/ou atividades presenciais	Pelo menos uma vez durante a implementação da capacitação	UIPs com apoio da UCP
	Informação	Conselhos representativos das áreas da saúde e da Assistência social	Envio de Ofiicio comunicando o andamento das capacitações	Anual	
		Sindicato de Servidores da Saúde (SINDESPI) e Assistência Social (SINDSASC) do estado do Piauí			
Avaliação	Cooperação	Funcionários contemplados com as capacitações	Grupo alvo, via webinar e/ou atividades presenciais	A cada capacitação realizada	UIPs com apoio da UCP
	Consulta		Avaliação por meio de disponibilização de questionário específico (Indicador de Engajamento Cidadão do Projeto)	Ao final de cada capacitação	
	Informação	Conselhos representativos das áreas da saúde e da Assistência social	Envio de Ofiicio informando o resultado da avaliação	Uma vez ao término do Projeto	
		Sindicato de Servidores da Saúde (SINDESPI) e Assistência Social (SINDSASC) do estado do Piauí		Uma vez ao término do Projeto	

Quadro 4. Estratégia de Envolvimento para atividades de Desenvolvimento e Reestruturação de Sistemas de Atendimento e Inclusão.

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsáveis
Planejamento	Cooperação	Equipe técnica da TI e funcionários das redes de saúde e proteção social que farão uso dos sistemas	Grupo Consultivo, via webinar e/ou atividades presenciais	No período da Preparação	UIPs com apoio da UCP
	Informação	Todos os funcionários das redes de Saúde e Assistência Social	Divulgação de informações via newsletter	Uma vez antes da implementação	
Implementação	Cooperação	Equipe técnica da TI e funcionários das redes de saúde e proteção social que farão uso dos sistemas	Grupo Consultivo, via webinar e/ou atividades presenciais	Semestral	UIPs com apoio da UCP
	Informação	Todos os funcionários das redes de Saúde e Proteção Social	Divulgação de informações via newsletters		
		Conselhos representativos das áreas da saúde e da Assitência social	Envio de Ofício comunicando o andamento da atividade	Anual	UIPs com apoio da UCP
		Sindicato de Servidores da Saúde e Assistência Social do estado do Piauí			
Avaliação	Consulta	Equipe técnica da TI e funcionários das redes de saúde e proteção social que farão uso dos sistemas	Pesquisa de avaliação	Semestral	UIPs com apoio da UCP
	Informação		Informação via newsletters	Uma vez ao término do Projeto	UIPs com apoio da UCP

Quadro 5. Estratégia de Envolvimento para Atividades de Transferência de Renda e Cursos de Qualificação Profissional para Grupos Prioritários.

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsável
Planejamento	Consulta	Beneficiários do Cartão Social e de outros programas de Transferência de Renda	Aplicação de questionário para captar eventuais sugestões e/ou aptidões pelos CRAS	Período de preparação das ofertas de qualificação de mão de obra	SASC e SETRE com apoio dos CRAS
		Conselhos territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS)	Diálogo via webinar e/ou atividades presenciais		SASC e SETRE com apoio da UCP
Implementação	Consulta	Mulheres chefes de família	No momento da concessão do auxílio financeiro, dar prioridade à inclusão de mulheres chefes de família nas capacitações. Produção e distribuição de material gráfico informativo voltado a mulheres identificadas como potenciais beneficiárias	Durante o período dos cursos	SASC e SETRE com apoio da UCP
		Mulheres vítimas de violência	Identificando a necessidade, serão realizados Seminários, palestra e rodas de conversas com grupos de mulheres	Durante a implementação do Projeto	SASC, SETRE e SEMPI com apoio da UCP
	Informação	Beneficiários do Cartão Social e de outros programas de Transferência de Renda, incluindo mulheres chefes de família, mulheres vítimas de violência e famílias em situação de insegurança alimentar e crianças afetadas pela desnutrição	Campanhas educativas nas redes sociais e na mídia em geral	Permanente	SASC e SETRE com apoio da UCP
			Eventos para tratar dos propósitos do Projeto com o objetivo de mobilizar beneficiários, a serem ministradas pelas Unidades responsáveis pela implementação do Projeto		
			Identificando a necessidade, serão realizados Seminários, palestras, campanhas educativas, e por último utilizar o mecanismo da busca ativa	Durante a implementação do Projeto	SASC, SETRE e SEMPI com apoio da UCP
	Informação	Equipes técnicas dos CRAS	Treinamentos, cursos de capacitação	Permanente	SASC com apoio da SEMPI

Estágio do Projeto	Tipo de engajamento	Público-Alvo	Método Usado	Periodicidade	Responsável
		Mulheres chefes de família e mulheres vítimas de violência	Campanha digital por meio dos perfis em redes sociais e perfis oficiais	Semestral	SASC com apoio da UCP
		Beneficiários do Cartão Social e de outros programas de Transferência de Renda incluindo famílias em situação de insegurança alimentar e crianças afetadas pela desnutrição	Palestras para tratar dos propósitos do Projeto com o objetivo de mobilizar beneficiários, a serem ministradas pelas Unidades responsáveis pela implementação do Projeto	Permanente	Equipes dos CRAS com apoio das UIPs
			Divulgação por meio de rádio local, materiais impressos, carros de som e outros	Durante toda a implementação do Projeto	SASCcom apoio dos CRAS
			Parceria com as redes da saúde e de proteção e assistência social dos municípios que receberão ações do Projeto e alinhamento para que as equipes de campo possam trabalhar como difusoras das mensagens direcionadas às partes interessadas	Permanente	UIPs (SASCe SESAPI)
			Treinamento com as equipes do CRAS para o novo formato do Cartão Social	Permanente	SASC
			Investimento em busca ativa	Permanente	SASC
	Cooperação	Conselhos territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS)	Reuniões e Envio de ofícios comunicando o andamento da atividade	Durante a execução do Projeto	SASC e SETRE com apoio da UCP
Avaliação	Consulta	Participantes dos cursos de qualificação para inclusão produtiva	Relatórios de monitoramento dos dados obtidos em visitas de campo e compatibilizados em sistema de monitoramento	Semestral	SETRE com apoio da UCP
			Avaliação por meio de disponibilização de questionário específico (Indicador de Engajamento Cidadão do Projeto)	Ao final de cada capacitação	SETRE com apoio da UCP
	Informação	Conselhos territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS)	Reunião de Conselhos	Uma vez ao final do Projeto	SASC e SETRE com apoio da UCP

5. Recursos e Responsabilidades

Para implementação de atividades de engajamento das partes interessadas, é prevista a seguinte estrutura de responsabilidade e gestão de recursos:

5.1. Recursos

A SEPLAN, juntamente com a equipe Ambiental e Social, será a responsável pela coordenação e execução das atividades institucionais de envolvimento das partes interessadas. O recurso do PEPI está incluído no Componente 4 - Gestão do Projeto, que também prevê outros instrumentos socioambientais, como o MGAS. Para esse componente foi destinado 0,6% do valor total do Projeto.

5.2. Funções e Responsabilidades de Gestão

A SEPLAN tem o papel de gestora geral das atividades do Projeto e dos recursos destinados ao mesmo, com apoio e supervisão das Unidades Implementadoras do Projeto (UIP), atendendo aos requisitos fiduciários e de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial.

SEPLAN - A Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN) irá abrigar a Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) cujas responsabilidades incluirão articulação como os setores envolvidos, monitoramento e avaliação e gestão social e ambiental, aquisições e gerenciamento financeiro. Sob a SEPLAN, será criada uma Unidade de Centralização de Licitações que será responsável pela condução dos procedimentos das aquisições do Projeto. Os relatórios financeiros provisórios (IRF) e pedidos de desembolso ficam também sob responsabilidade da UCP, após encaminhamento das setoriais e consolidação da UCP, assim como a coordenação das auditorias técnicas e financeiras previstas.

SESAPI, SASC e SETRE - Comporão Unidades Implementadoras do Projeto (UIP), com núcleos de planejamento e execução técnica, incluindo gerenciamento contratual, preparação de Termos de Referência (TDR), editais e fornecimento de subsídio técnico.

Na **SESAPI**, o Projeto será implementado sob a coordenação da Diretoria de Planejamento (DUP), localizado na Superintendência de Gestão e Administração em Saúde (SUGAD), que tem uma visão global das atividades desenvolvidas pela SESAPI. A Execução técnica estará a cargo da Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde (DUVAS) e da Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA). A DUVAS inclui a Unidade de Alimentação e Nutrição (supervisão de alimentação e nutrição) que será responsável pelos aspectos de vigilância do Componente 3 do Projeto, enquanto que a DIVISA inclui a Saúde do trabalhador, ambas localizadas na Superintendência de Atenção Primária à Saúde e Municípios (SUPAT). A SUPAT inclui ainda o Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí (LACEN), que também será objeto de investimento, e as Coordenações Regionais de Saúde, beneficiárias do Projeto.

Na **SASC (Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome)** o Projeto será implementado sob a Coordenação da Superintendência De Assistência Social, a qual poderá ser substituída pelos gestores das áreas técnicas da SASC incluídas no Projeto: proteção social e transferência de renda, e fortalecimento da SASC. As Coordenações técnicas estarão sob as responsabilidades das áreas: Superintendência de Planejamento e Gestão, ; Diretoria de Proteção Social Básica; Diretoria Financeira; Diretoria Administrativa e Diretoria de

Segurança Alimentar; Gerência de Contratos e Convênios e Comissão Permanente de Licitação.

Na **SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte)**, será implementado programa de apoio à qualificação profissional voltados à pessoas em situação de pobreza que busque atendimento no SINE ou na qualificação profissional oferecida pela Superintendencia do Trabalho (SUTRE/SETRE).

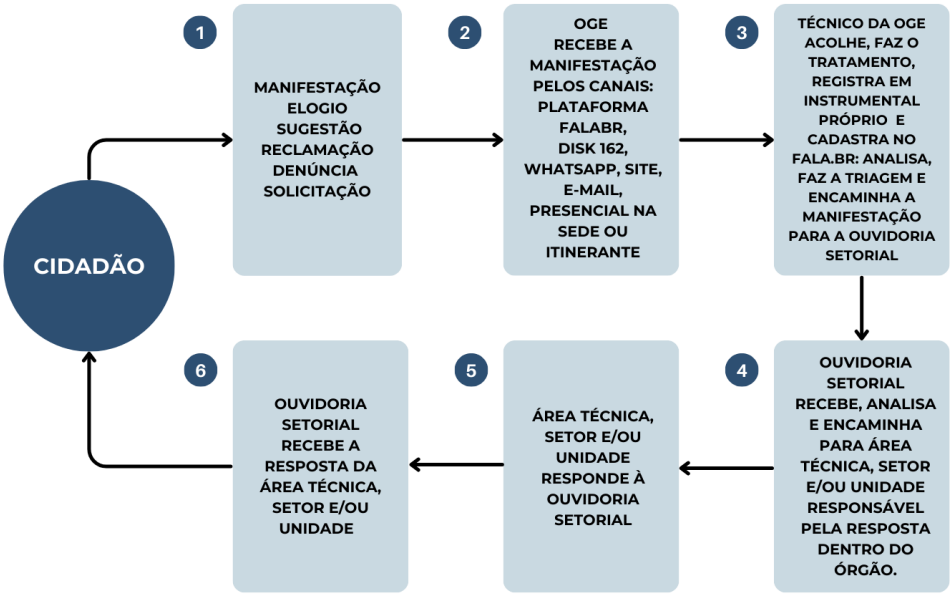
Por fim, a equipe técnica de salvaguardas socioambientais da UCP irá monitorar as atividades previstas neste documento (PEPI), sendo a responsabilidade da execução das mesmas de cada Unidade proponente participante do Projeto, que deverá reportar à UCP informações e relatórios sobre o andamento das atividades.

6. Mecanismos de Atendimento a Reclamações (MAR)

Segundo a NAS 10 há a necessidade de manter um Mecanismo de Atendimento a Reclamações como instrumento de respostas às perguntas e queixas das partes afetadas pelo Projeto relacionadas com o desempenho ambiental e social de maneira adequada, bem como para facilitar a resolução de tais dúvidas e reclamações. Por meio desse mecanismo, é possível receber preocupações ou afetações, analisá-las para chegar a um acordo para resolução das manifestações, sempre buscando soluções transparentes e adequadas para as partes interessadas. Usar esse mecanismo como um componente integral de uma consulta mais ampla à comunidade é contribuir para consolidar relações de confiança e cooperação, e facilitar as relações corretivas.

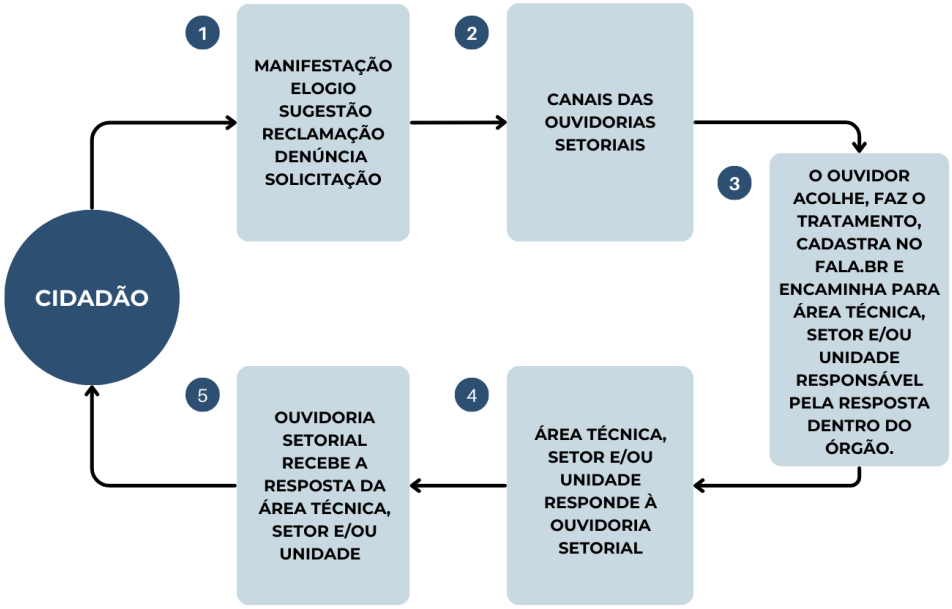
O Estado do Piauí conta com uma Ouvidoria Geral (OGE) que garante o direito à manifestação e orienta o cidadão em como proceder no direito à cidadania. Esta Ouvidoria cumpre os requisitos da NAS 10 (envolvimento das partes interessadas e divulgação das informações) e é utilizada como canal principal para registro e resposta a queixas relacionadas ao Projeto. A OGE funcionará em conjunto com as ouvidorias setoriais das áreas de influência do Projeto (Saúde, Proteção Social e Trabalho), de maneira a constituir o Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) do Projeto. Os atendimentos realizados pela OGE/PI ou pelas Ouvidorias Setoriais, independente do canal de comunicação utilizado, serão registrados na Plataforma Fala.br. As Figuras 3 e 4 detalham os fluxos de atendimento de uma demanda quando o cidadão aciona os canais da OGE e das ouvidorias setoriais, respectivamente.

Figura 3. Fluxo de tratamento das manifestações pelo canal da OGE.



1. **Manifestação:** momento em que o cidadão interpela a Ouvidoria através de um dos canais e registra um dos cinco tipos de manifestação;
2. **OGE/PI recebe a manifestação:** Etapa em que o técnico recebe a manifestação através de um dos canais da Ouvidoria, acolhendo-a e realizando uma consulta cuidadosa, reunindo informações importantes e, dependendo do tipo de demanda, possíveis evidências a serem cadastradas na Plataforma Fala.BR;
3. **OGE/PI cadastra na plataforma:** Etapa em que o técnico cadastra a manifestação na plataforma e o analista faz o tratamento adequado da demanda, analisando e distribuindo a manifestação para a Ouvidoria setorial do órgão competente em respondê-la;
4. **Ouvidoria Setorial:** recebe, analisa o teor da manifestação, encaminha para a área técnica, setor e/ou unidade responsável pela resposta;
5. **Área técnica:** etapa monitorada pela Ouvidoria Setorial em que o setor e unidade do órgão competente responderá a manifestação do cidadão conforme prazo legal;
6. **Finalização da demanda:** etapa em que a Ouvidoria Setorial finaliza a demanda e encaminha a resposta conclusiva ao cidadão.

Figura 4. Fluxo de registro de manifestações por outros canais, diferentes daqueles oficialmente divulgados e geridos pela OGE.



A Tabela 1 a seguir discrimina os diversos canais de recebimento das manifestações de acordo com a Ouvidoria Setorial relacionada:

Tabela 1. Canais para recebimento de manifestações relacionadas às ações implementadas pelo Projeto PDH nas ouvidorias setoriais.

Ouvidoria Setorial	Canais de Recebimento
SESAPI	**E-mail:** ouvidoria@saude.pi.gov.br **Telefone/WhatsApp:** (86) 99424-5794 **Atendimento presencial (7h30 às 13h30):** AV. Pedro Freitas S/N, Centro Administrativo, térreo, 2° sala à direita da rampa **Plataforma:** Fala.BR
SASC	**E-mail:** ouvidoriasetorial@sasc.pi.gov.br **Atendimento presencial (7h30 às 13h30):** Rua Josefa Lopes de Araújo, S/N - Centro Cívico, Teresina - PI, 64000-920 **Plataforma:** Fala.BR
SETRE	**E-mail:** couv@setre.pi.gov.br **Telefone/WhatsApp:** (86) 99409-7223 **Atendimento presencial (7h30 às 13h30):** Av. Rio Poty, 1046, Edifício Dr. Mário Theodomiro de Carvalho, Bairro de Fátima, Teresina – PI, 64049-410 **Plataforma:** Fala.BR
SEPLAN	**E-mail:** ouvidoria@seplan.pi.gov.br **Telefone/WhatsApp:** (86) 98851-2970 **Atendimento presencial (7h30 às 13h30):** Av. Miguel Rosa, 3190, Centro Sul, Teresina – PI, 64001-495 **Plataforma:** Fala.BR

O prazo máximo de resposta é de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por mais 30 (trinta) mediante justificativa, de acordo com o Art. 16 da Lei N° 13.460/2017. Nos casos de demandas sensíveis, como acidentes e incidentes graves, tendo em vista a natureza dessas manifestações, não será possível fornecer uma resposta conclusiva dentro do prazo legal. O mecanismo de resolução de queixas, ou Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR), também poderá rastrear reclamações relacionadas ao Projeto e fornecer relatórios periódicos sobre essas reclamações. Com base nisso, poderá sinalizar incidentes e acidentes relacionadas a questões ambientais, sociais e de Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) entre os trabalhadores do Projeto (diretos e contratados) que devem ser comunicados ao Banco em até 48 horas após seu recebimento.

A OGE será responsável por supervisionar, monitorar e assegurar à resolução adequada e tempestiva das queixas, além de servir como canal de apelação por parte dos queixosos que não se satisfaçam com a resposta apresentada. Adicionalmente, também será responsável por enviar relatórios consolidados periódicos sobre a resolução das queixas à UCP, os quais devem também compor o relatório semestral de progresso.

Os relatórios de acompanhamento enviados servirão de suporte no auxílio da gestão do relacionamento com as comunidades e pessoas afetadas. Sendo assim, considerar-se-ão os seguintes indicadores:

- Número de chamados abertos total;
- Números de chamados abertos por canal de atendimento;
- Número de sugestões e elogios recebidos;
- Número de reclamações e denúncias recebidas.

Os relatórios de acompanhamento deverão ser capazes de agrupar os chamados (sugestões, elogios, reclamações e denúncias) por:

- Assunto ou objeto da sugestão, elogio, reclamação ou denúncia;
- Local de origem da reclamação;
- Gênero da pessoa atendida;
- Canal de recebimento da reclamação.

Os relatórios deverão apontar o prazo médio para respostas às reclamações encaminhadas e o grau de satisfação do reclamante com o atendimento recebido e deverão ser encaminhados à Unidade de Coordenação do Projeto.

Figura 5. Fluxos de envio de relatórios e respectivos prazos.



6.1. Ouvidoria Geral do Estado do Piauí (OGE/PI)

A Ouvidoria Geral do Estado do Piauí iniciou seu funcionamento em 2007 e foi regulamentada por meio do decreto Estadual n° 16.150, de 24 de agosto de 2015, com a função de órgão de assessoramento imediato do Governador do Estado. Em consonância

com a Lei nº 7.884 de 08 de dezembro de 2022, a OGE/PI está vinculada à Secretaria de Governo do Piauí (SEGOV).

A OGE/PI é um espaço de Cidadania, Participação e Controle Social, atuando como interlocutora entre o cidadão e a gestão pública estadual, com relação às suas manifestações quanto à prestação de serviços públicos, proporcionando sua contínua melhoria.

A OGE/PI funciona como uma ponte entre o cidadão e a gestão pública estadual, em relação às suas manifestações quanto à prestação de serviços públicos. Por meio dessas manifestações é possível realizar melhorias para toda a sociedade. Assim, são recebidas manifestações do tipo denúncia, elogio, reclamação, solicitação e sugestão, por meio de sete canais de atendimento, promovendo a democracia e aproximando a população da gestão pública estadual.

- **Disque 162**
- **WhatsApp:** (86) 99544-7924
- **Plataforma Fala.br**: https://falabr.cgu.gov.br/
- **Atendimento presencial** (sede da OGE/PI e itinerante)
- **E-mail:** atendimento@ouvidoriageral.pi.gov.br
- **Ouvidorias Setoriais**

A existência de vários canais de atendimento permite que a Ouvidoria seja acessível a um público mais amplo, permitindo que pessoas de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, localização geográficas, com acesso ou não às tecnologias, possam comunicar e ter suas questões ouvidas e tratadas.

Além disso, a diversidade de canais de atendimento ajuda a garantir que os cidadãos se sintam mais confortável para expressar suas opiniões, o que é fundamental para fornecer um feedback aberto e construtivo. Alguns usuários podem preferir um contato mais pessoal, como atendimento telefônico ou presencial, enquanto outros podem preferir a praticidade de um e-mail ou uma plataforma de atendimento on-line.

Ao oferecer uma variedade de canais de atendimento, a Ouvidoria também demonstra transparência e comprometimento em ouvir e responder às preocupações do público. Isso pode aumentar a confiança das pessoas no projeto e fortalecer a reputação da Ouvidoria como um órgão imparcial e efetivo de resolução de problemas.

6.2. Plataforma Fala.Br e o Fluxo das Manifestações

A Ouvidoria Geral do Estado tem um papel de extrema importância no Projeto e Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID-19 (PDH). Sua função é receber e encaminhar as demandas, sugestões, reclamações e denúncias relacionadas ao projeto, garantindo a participação ativa da população e a transparência das ações desenvolvidas.

Toda manifestação recebida pelos vários canais são cadastradas na Plataforma FalaBR, permitindo assim o gerenciamento e acompanhamento das manifestações, evitando a necessidade de alternar entre diferentes sistemas e reduzindo o tempo de resposta.

Ademais, ao cadastrar as manifestações na plataforma FalaBR, os atendentes das Ouvidorias podem administrar melhor o fluxo das informações,

encaminhamentos e respostas em um único repositório. Isso evita a necessidade de realizar pesquisas adicionais que repitam informações, aumentando a eficiência e produtividade da equipe.

As manifestações podem ser do tipo:

- **Simplifique:** mediante a prestação de serviço público muito burocrático, poderá ser apresentada solicitação de simplificação, por meio de formulário próprio, denominado Simplifique;
- **Sugestão:** proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento;
- **Elogio:** demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;
- **Solicitação:** requerimento de adoção de providência por parte da Administração;
- **Reclamação:** demonstração de insatisfação relativa a serviço;
- **Denúncia:** Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgãos de controle internos ou externos;
- **Pedido de acesso à informação:** Ter acesso à informação pública[4].

As manifestações do tipo Reclamação, Simplifique, Sugestão, Elogio, Solicitação e Pedido de Acesso à Informação[5] necessitam necessariamente da realização de cadastro no sistema. Já as manifestações do tipo Denúncia podem ser realizadas tanto mediante cadastro como de forma anônima, sendo que o manifestante que optar pelo anonimato não obterá um número de protocolo e nem receberá uma resposta da ouvidoria para sua manifestação.

A manifestação pode ser feita de forma presencial (sede e itinerante), pelo site, e-mail, por telefone, pelo Whatsapp, diretamente na plataforma FalaBr, a depender das disponibilidades da ouvidoria e das necessidades dos usuários. De toda forma, todas as manifestações devem ser registradas na plataforma FalaBR[6].

Os registros das manifestações de forma anônima são tratadas como comunicação de irregularidades, nos termos do Decreto nº 9492/18.

Por força da Lei Nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Nº 13.460/17 (Código de Defesa dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos), os órgãos e entidades públicas devem proteger suas informações pessoais, restringindo o acesso a quaisquer dados relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem, a não ser que o usuário autorize expressamente o acesso a estas informações. Quando é feita e registrada uma manifestação, é realizada uma avaliação do caso para identificar a melhor forma de tratá-lo:

- A Ouvidoria poderá responder a manifestação;
- Solicitar que o demandante a complete;
- Prestar orientações;

[4] Atualmente pedido de acesso à informação pública é atribuição da CGE (Controladoria Geral do Estado) processados via Plataforma FalaBR por força do Decreto Estadual nº 15.188/2013, que regulamenta a lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação.

[5] Atualmente pedido de acesso à informação pública é atribuição da CGE (Controladoria Geral do Estado) processados via Plataforma FalaBR por força do Decreto Estadual nº 15.188/2013, que regulamenta a lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação.

[6] https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f

- Encaminhar a demanda para a unidade interna responsável por resolver a questão ou poderá encaminhar para outro órgão/entidade, dependendo do caso.

O demandante sempre será comunicado sobre o andamento adotado.

6.3. Publicização

Os canais de atendimento da OGE e das Ouvidorias Setoriais das unidades implementadoras do Projeto, serão divulgados no site da SESAPI, SASC, SETRE e SEPLAN, em espaço próprio do projeto, contendo as informações e orientações para que as partes interessadas possam acessá-las.

Para outros públicos, que não têm acesso a internet ou que por qualquer outro motivo não conseguirem acessar o site, será disponibilizado para efeito de comunicação o contato do Mecanismo de Atendimento a Reclamações em placas e em outros materiais de divulgação do Projeto.

6.4. Prazo de Resposta da OGE

O prazo de resposta é de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por mais 30 (trinta) mediante justificativa, de acordo com o art. 16 da Lei nº 13.460/2017.

6.5. Gestão das Queixas e Reclamações

A OGE/PI gerará relatórios semestrais de acompanhamento para auxiliar na gestão do relacionamento com as comunidades e pessoas afetadas. Considerar-se-ão os seguintes indicadores:

- Número de chamados abertos total;
- Número de chamados abertos por canal de atendimento;
- Número de sugestões e elogios recebidos;
- Número de reclamações e denúncias recebidas.

Os relatórios de acompanhamento deverão ser capazes de agrupar os chamados (sugestões, elogios, reclamações e denúncias) por:

- Assunto ou objeto da sugestão, elogio, reclamação ou denúncia;
- Local de origem da reclamação;
- Gênero da pessoa atendida;
- Canal de recebimento da reclamação.

Os relatórios deverão apontar o prazo médio para resposta às reclamações encaminhadas e o grau de satisfação do reclamante com o atendimento recebido e deverão ser encaminhados à Unidade de Gestão do Projeto bimestralmente.

As queixas, reclamações, denúncias e demais manifestações serão registradas em instrumento próprio a ser especificamente desenvolvido para este fim, de forma a permitir a identificação de demandas específicas sobre o PDH, com as respectivas informações, data de registro e encaminhamentos. Será constituída uma base de dados para consulta, gerenciamento e reporte das manifestações e encaminhamentos.

Para efeito da seleção das queixas recebidas pelas ouvidorias setoriais e relacionadas ao Projeto, serão desenvolvidos marcadores no sistema utilizado (setores, riscos e temas relevantes para o Projeto) pela Ouvidoria Geral do Estado e as respectivas setoriais, bem como treinamentos das equipes envolvidas objetivando a identificação tempestiva das queixas, reclamações e denúncias atinentes. O treinamento proposto ocorrerá no máximo 30 dias depois da efetivação do Projeto, nessas capacitações serão definidos os filtros e a identificação dos mesmos junto com as Ouvidorias Setoriais.

6.6. Indivíduos ou Grupos Vulneráveis

O Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) incluirá também procedimentos especiais para registrar e responder às queixas e preocupações relacionadas a assédio (sexual, moral) e violência baseada em gênero (VGB) ou contra crianças e idosos (exploração, abuso, agressão entre outros), sejam estas oriundas de trabalhadores e trabalhadoras do Projeto e de comunidades beneficiárias.

As denúncias e demandas relacionadas à violência baseada no gênero (VGB) ou contra crianças e idosos serão encaminhadas aos serviços de proteção social e assistência nas localidades de ocorrência. Para viabilizar esse processo de encaminhamento deste tipo de reclamação, a equipe responsável manterá uma lista atualizada desses serviços.

Os responsáveis devem garantir o anonimato sobre os casos de denúncia contra violação de direitos, esses deverão ser estritamente protegidos. Os editais de Licitações e outras aquisições relativas ao Projeto deverão incluir penalidades e recursos a serem adotados em caso de assédios, violência baseada em gênero, contra crianças e idosos, de acordo com a legislação nacional.

6.6.1. Protocolo DIGA

Trata-se de um instrumento que estabelece diretrizes, fluxos e procedimentos para prevenção, apuração e tratamento de casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Administração Pública Estadual. Entre as medidas mínimas, destacam-se:

(a) garantir a preservação da identidade e da privacidade da vítima, restringindo o acesso às informações apenas às pessoas estritamente necessárias para o tratamento do caso;
(b) assegurar que a vítima seja informada, de forma clara e acessível, sobre os serviços de apoio disponíveis e os canais administrativos e judiciais para apuração dos fatos, respeitando sua decisão quanto à continuidade ou não da denúncia;
(c) adotar medidas para impedir qualquer forma de retaliação, intimidação, constrangimento ou revitimização da vítima, testemunhas ou denunciantes;
(d) promover, quando necessário e com a concordância da vítima, o afastamento preventivo do suposto agressor do local de trabalho, sem prejuízo da remuneração ou das condições de trabalho da vítima;
(e) garantir que a vítima não seja obrigada a mudar de função, de turno ou de local de trabalho em razão da ocorrência, salvo quando tal medida for solicitada ou aceita por ela;
(f) assegurar à vítima a possibilidade de ausentar-se para comparecimento a atendimentos médicos, psicológicos, assistenciais ou judiciais relacionados ao caso, sem prejuízo de sua remuneração ou de seus direitos trabalhistas;

(g) encaminhar a vítima, quando consentido, aos serviços especializados da rede de saúde, assistência social, segurança pública ou demais serviços de proteção disponíveis;
(h) realizar a apuração dos fatos de forma célere, imparcial e confidencial, assegurando o devido processo e a adoção das medidas disciplinares cabíveis, quando confirmada a ocorrência;
(i) promover ações periódicas de sensibilização e treinamento dos trabalhadores sobre prevenção, identificação e enfrentamento da Exploração e Abuso Sexual (EAS) e do Assédio Sexual (AS), bem como divulgar amplamente os canais de denúncia e os mecanismos de proteção existentes;
(j) manter registro das providências adotadas e reportar à UCP do Projeto, preservando a identidade da vítima e quaisquer informações que possam permitir sua identificação.

Todo o processo deverá ser devidamente documentado pela UCP, observados os prazos estabelecidos e as exigências do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, sendo os desdobramentos reportados ao Banco, em conformidade com os procedimentos institucionais e com a garantia da confidencialidade das informações e da proteção dos envolvidos.

7. Monitoramento, Avaliação e Relatórios

O PDH estabelece o Componente 4 - Gestão do Projeto. O principal objetivo desse componente é apoiar a gestão, monitoramento, fiscalização e divulgação dos resultados alcançados em cada etapa implementada e devidamente avaliada do PDH.

7.1. Monitoramento e Avaliação

O PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário no curso da implementação do Projeto, com o objetivo de garantir que as informações aqui apresentadas sejam substanciosas e atuais, e que os métodos de engajamento identificados continuem apropriados e eficazes em relação ao contexto do Projeto e as fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer alterações significativas nas atividades relacionadas ao Projeto e em seu cronograma serão devidamente descritas no PEPI. Esse processo se dará com base nas informações de monitoramento e avaliação.

Faz parte do processo de monitoramento e avaliação do Projeto as partes interessadas serem ouvidas por meio de coletas de dados primários como entrevistas, observações, preenchimentos de questionário, entre outros. Outra forma de monitorar e avaliar o Projeto será através das manifestações formais por meio dos Mecanismos de Atendimento a Reclamações escolhidos para o Projeto.

A coordenação do Projeto também realizará junto às equipes das unidades responsáveis pela implementação do Projeto coleta de dados para avaliação permanentes de resultados, gestão e percepção das pessoas ou grupos afetados. Para alcançar esse objetivo diferentes estratégias poderão ser aproveitadas, tais como Whatsapp, e-mail, o uso de formulários eletrônicos e outros meios de comunicação, realizações de avaliações durante e após encontros, capacitações, condução de grupos focais e outras metodologias, incluindo apoio aos grupos focais, para que ocorra ampla participação nesse processo.

7.2. Indicadores

Para comparar, sistematicamente, os resultados alcançados em termos de atendimento das demandas da população e as opiniões dos beneficiários diretos, incluindo a avaliação do PEPI, entre outros, serão desenvolvidos ao longo da execução do Projeto indicadores de monitoramento e avaliação. A seguir, alguns exemplos de indicadores de satisfação das partes interessadas em relação ao PEPI:

- Proporção de participantes dos grupos consultivos (serão criados) de funcionários satisfeitos com o monitoramento das Obra/Reformas;
- Número de ações informativas realizadas;
- Taxa de reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatadas.

Estes indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso, incluindo dados desagregados por grupos específicos e vulneráveis.

7.3. Relatórios

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) sobre a implementação das atividades previstas no PEPI. Os relatórios conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e envolvimento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os canais especificados neste documento.

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o Projeto se desenvolve, incluindo informações sobre o desempenho social e ambiental, a implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, a operação do mecanismo de queixas e os resultados das manifestações recebidas, atualizações necessárias durante a Consulta Pública.

Uma síntese dos relatórios semestrais com as informações sobre as atividades de envolvimento realizadas no período será divulgada e disponibilizada às partes interessadas e à população em geral por meio dos canais de comunicação preferenciais do Projeto.

ANEXOS

Anexo 1. Reunião Serra do Inácio – Audiência Pública[7]

Duração: 26 a 28.05.2019 – SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS – GERÊNCIA DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.

Participação de um "Dia de Cidadania" na localidade Serra do Inácio – município de Curral Novo-PI, promovido pela Vice-governadora Regina Sousa para consolidar a interlocução entre a Sociedade Civil e os órgãos públicos do estado do Piauí.

O evento na oportunidade além de discutir as demandas locais pode ofertar serviços para população local, através da Superintendência de Direitos Humanos – Gerencia de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e Promoção da Igualdade Racial Assunção Aguiar, da Gerente de Educação em Direitos Humanos Irayldes Marques Campelo.



[7] Os eventos e ações envolvendo a região da serra do Inácio estão na base das inciativas que geraram o programa Cartão Pro Social.








CEEPRU

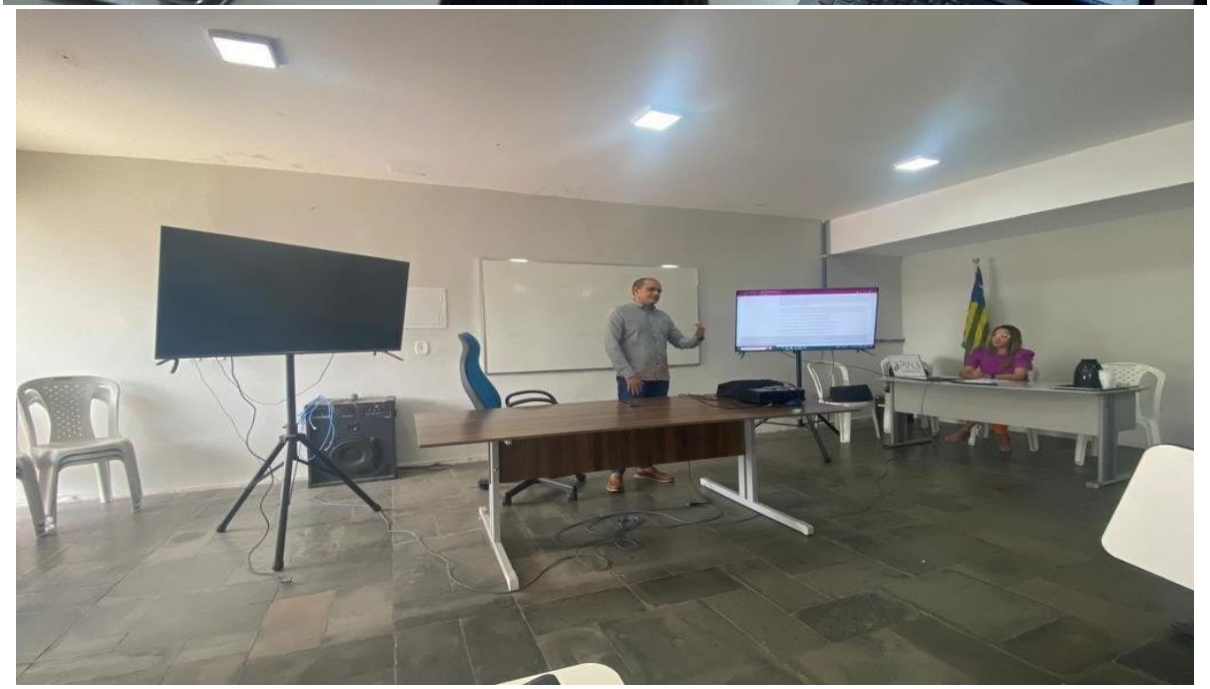





PLENÁRIO VEREADOR CHICO MAROTO

Anexo 2. I Seminário Informativo voltado para as equipes técnicas da SASC, com participação da SEPLAN





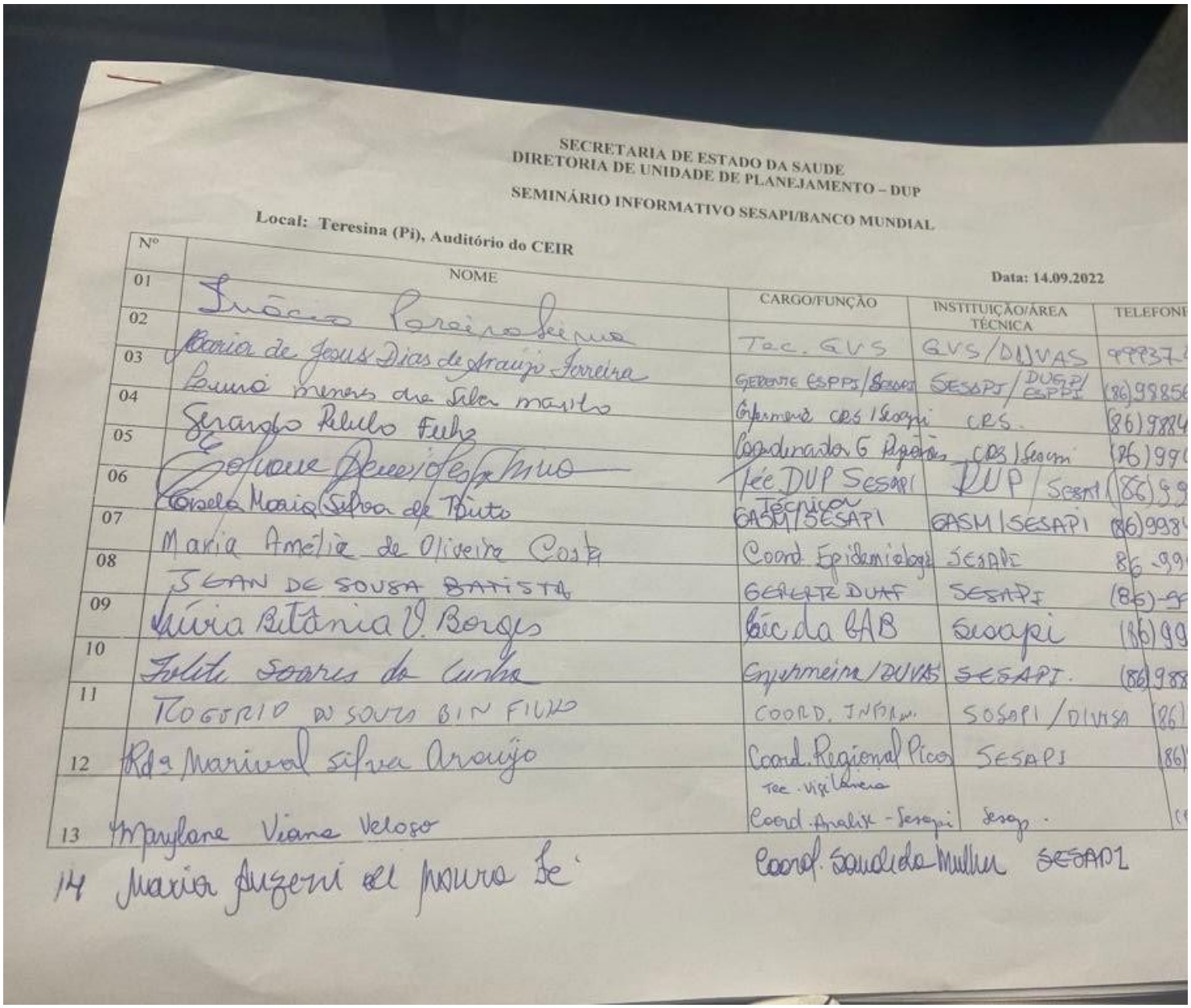

criança
feliz

Anexo 3. Seminário Informativo SESAPI/Banco Mundial

A SESAPI realizou Seminário informativo voltado para as equipes técnicas com participação da SEPLAN, dos Coordenadores Regionais de Saúde, e com especialistas do Banco Mundial.







SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
DIRETORIA DE UNIDADE DE PLANEJAMENTO – DUP

SEMINÁRIO INFORMATIVO SESAPI/BANCO MUNDIAL

Local: Teresina (Pi), Auditório do CEIR

Data: 14.09.2022

Nº	NOME	CARGO/FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO/ÁREA TÉCNICA	TELEFONE
01	Inácio Pereira Lima	Tec. GVS	GVS/DUVAS	99937-
02	Maria de Jesus Dias de Araújo Ferreira	GERENTE ESPPI/SESAPI	SESAPI/DUGP/ESPPI	(86)98856
03	Laura Menezes da Silva Marilo	Enfermeira CRS/Sesapi	CRS.	(86)9884
04	Gerardo Rebelo Filho	Coordenador G Regionais	CRS/Sesapi	(86)99
05	Eduardo Benvides Espinho	Téc DUP SESAPI	DUP/SESAPI	(86)99
06	Gisela Maria Silva de Brito	Técnica GASM/SESAPI	GASM/SESAPI	(86)998
07	Maria Amélia de Oliveira Costa	Coord. Epidemiologia	SESAPI	86-99
08	JEAN DE SOUSA BATISTA	GERENTE DUAF	SESAPI	(86)-9
09	Lúcia Bitânia V. Borges	Téc da GAB	Sesapi	(86)99
10	Tolete Soares da Cunha	Enfermeira/DUVAS	SESAPI.	(86)988
11	ROGERIO DO SOUZA BIN FILHO	COORD. INFORM.	SESAPI/DIVISA	(86)
12	Rda Marival Silva Araújo	Coord. Regional Picos	SESAPI	(86)
13	Marylane Viana Veloso	Tec. Vigilância Coord. Analise - Sesapi	Sesap.	(
14	Maria Auzeni de Moura Fé	Coord. Saúde da Mulher	SESAPI	

PILARES DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

Piauí: Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID 19

THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP

SECRETARIA
DO **PLANEJAMENTO**
SEPLAN

GOVERNO DO
PIAUÍ
AQUI TEM **TRABALHO.**
AQUI TEM **FUTURO.**

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí
Juliana Macedo Rodrigues Cunha Portela
Mayara Luíza Alves Pereira

COLABORAÇÃO

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí
Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí
Lygia Maria Barbosa Cavalcante Maíra Rolim Bandeira
Maria Cleoneide Braga Moraes

APRESENTAÇÃO

Trata-se de Relatório da Consulta Pública de divulgação e socialização para preparação do Projeto de Investimento em saúde e Proteção Social para Recuperação em Desenvolvimento Humano Pós COVID-19 (PDH), operação de crédito com financiamento do Banco Mundial (BIRD), realizada pela Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI), no âmbito da Superintendência e Cooperação Técnico-Financeira (SUTEF).

Inicialmente, apresentam-se informações gerais acerca do processo de realização do referido evento, destacadas as etapas preparatórias executadas em cumprimento ao Plano de Envolvimento com as Partes Interessadas, desenvolvido pela Equipe de Gestão Socioambiental da SEPLAN (Unidade Coordenadora do Projeto) com apoio das Unidades Implementadoras do Projeto (SASC/SESAPI) e revisado pela Equipe Técnica do Banco Mundial, e que levou ao planejamento da ação governamental.

Em seguida, aborda-se a implementação da consulta pública de divulgação socialização do Projeto objeto deste documento. Nas considerações finais, analisa-se esse processo de divulgação do PDH em curso no Estado.

1. Introdução

O Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós COVID-19, de responsabilidade do Governo do Estado do Piauí, foi classificado como de risco moderado de acordo com o Marco de Gestão Socioambiental (MGAS) do Banco Mundial. Essa classificação pressupõe que os impactos socioambientais negativos potencialmente gerados pelo Projeto serão localizados e de curto prazo e que existem medidas compensatórias conhecidas e disponíveis para aplicação nas atividades do Projeto.

Nessas circunstâncias, torna-se necessário a realização de consultas com as partes impactadas pelo menos uma vez, preferencialmente antes da avaliação do Projeto.

Durante a elaboração do Projeto se impõe a obrigatoriedade de o executor divulgar, em consultas públicas adequadas ao público-alvo do Projeto, as obras e intervenções que ocorrerão ao longo da implantação, bem como os estudos socioambientais elaborados. Na fase de preparação do PDH, a consulta foi estruturada a partir das informações existentes para as intervenções de sua amostra representativa a ser implantada ao longo da execução do Projeto.

As consultas orientadas pelo BIRD devem acontecer de forma a fornecer às partes interessadas oportunidades para expressar as suas opiniões sobre os riscos, impactos e medidas de mitigação e que lhe permita considerá-las e respondê-las. A consulta será realizada de maneira contínua, na medida em que a natureza dos problemas, impactos e oportunidades evoluam. O PDH é um Projeto de intervenções múltiplas, em que partes delas serão detalhadas durante a execução do Projeto, bem como nas etapas subsequentes à consulta pública realizada durante a preparação.

As diretrizes de atuação do Executor e co-executores estão contidas no Plano de Engajamento das Partes Interessadas, conforme estabelecido na NAS 10, e que será integrado ao Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Esses procedimentos de engajamento incluem o Mecanismo de Resolução de Queixas (MRQ), que no caso do PDH será utilizado os canais já existentes da Ouvidoria Geral do Estado do Piauí (OGE) e das respectivas setoriais.

Dito isto, a consulta pública deu-se sob a forma de webinar para facilitar a participação dos representantes dos municípios. Ao mesmo tempo, esta modalidade responde à necessidade de realização de consultas públicas e ao relacionamento contínuo com as partes interessadas para Projetos em fase de preparação como de implementação apoiadas pelo banco, a exemplo do PDH.

Desse modo, no dia 28 de outubro de 2022 foi realizado o webinar no âmbito do PDH, que promoveu ampla divulgação e socialização do referido Projeto de forma remota, com representantes da sociedade, gestores e representantes dos Territórios de Desenvolvimento do Estado. As ações implementadas pelo Governo do Estado do Piauí, com vistas à divulgação do Projeto supracitado, foram coordenadas pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI), Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SASC), com observância das diretrizes traçadas pelo BIRD.

2. Consulta de divulgação e socialização para preparação do Projeto - PDH: Considerações gerais

A Consulta Pública é um mecanismo de publicidade e transparência utilizado pela administração pública para obter informações, opiniões e críticas da sociedade a respeito

de assuntos específicos. Objetiva ampliar a discussão e embasar decisões na formulação e definição de políticas públicas e/ou ações governamentais.

2.1. Diretrizes

No que concerne a Consulta de divulgação e socialização do Projeto de Investimento em Saúde e Assistência Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós COVID-19 (PDH), o início do Projeto junto às partes interessadas promoveu um diálogo construtivo com as Unidades Implementadoras, bem como garantiu a divulgação de informações acerca das obras e intervenções propostas, os estudos socioambientais preparados e permitiu à população piauiense acesso ao Marco de Gestão Ambiental e Social do Projeto (MGAS), Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), documentos preparados e disponibilizados na íntegra, para consulta, no site oficial da SEPLAN – www.seplan.pi.gov.br.

Nesse contexto, se inseriu a proposta de levar ao conhecimento público o PDH, que tem ações que contribuem para melhoria do Sistema de Vigilância em Saúde e dos Sistemas de Proteção Social e Fomento à economia através da reestruturação, gestão e implementação de medidas que buscam o aprimoramento da efetividade do trabalho já realizado.

Convém salientar que para realização do webinar buscou-se atender às formalidades da Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, que expressam as seguintes diretrizes: (a) finalidade, natureza e dimensão o Projeto; (b) duração das atividades do Projeto; (c) possíveis riscos e impactos dos Projeto sobre as comunidades locais e as propostas para mitigá-los, destacando os possíveis riscos e impactos que possam afetar desproporcionalmente grupos vulneráveis e desfavorecidos, bem como descrever as medidas diferenciadas adotadas para evitá-los e minimizá-los; (d) o processo de envolvimentos de partes interessadas proposto, que destaca as possíveis formas de participação das partes interessadas; (e) a data e o local das reuniões de consulta pública propostas e o processo pelo qual as reuniões serão notificadas, resumidas e divulgadas; (f) o processo e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas. A realização do webinar seguiu as seguintes diretrizes:

(i) A convocação das partes interessadas para a realização do webinar foi realizada 7 dias antes, através dos diversos canais de comunicação adotados pelo Projeto, como sites e e-mails institucionais, o sistema eletrônico de informação do Estado - SEI, convites presenciais realizados pelos agentes territoriais, além de outros instrumentos formais como ofícios;

(ii) O webinar foi híbrido. Nos casos em que houve participação presencial, fora respeitadas as regras sanitárias contra a COVID 19, conforme Decreto Estadual nº 21.495, de 24 de agosto de 2022;

(iii) Nos convites foram informados a data, o horário, o local e o link de acesso e a pauta da realização do webinar;

(iv) As contribuições e comentários das partes interessadas foram recebidas e analisadas antes, durante e depois do webinar e foram respondidas em tempo hábil através do canal de comunicação recebido;

(v) O webinar foi documentado, através de gravações em vídeo, registro fotográfico, lista de presença (Anexo 1) e transcrição escrita, e foi disponibilizada assim que possível em um meio de comunicação escolhido e acessível. Por fim, foi elaborado um relatório final do evento;

(vi) Não foram identificados, anteriormente à realização da consulta, alguma parte interessada que tivesse dificuldades de acessibilidade, como deficiências sensoriais, baixa alfabetização, acesso precário aos canais de comunicação, dentre outros, para os quais o Projeto tomaria todas as medidas para mitigar e garantir a participação da parte interessada à consulta.

Importa registrar que para fortalecer os objetivos de inclusão social no desenho do Projeto, a despeito da exigência ou não de audiências públicas por parte dos órgãos ambientais pertinentes em seu processo de avaliação de impacto ambiental, consultas públicas devem ser realizadas.

2.2. Abrangência da Consulta

Em respeito às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, deve ser assegurada e comprovada a participação dos beneficiários diretos e indiretos. Considerou-se, assim, oportunizar à sociedade civil e lideranças locais das áreas de abrangência do PDH, composta por todos os 224 municípios do Estado do Piauí distribuídos nos 12 territórios do Estado.

2.3. Organização da Consulta Pública do PDH

A consulta pública foi organizada e dirigida pela Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI), Coordenadora do Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós COVID-19 (PDH), por meio de ação integrada das Diretorias de Operações de Crédito Externas e de Planejamento Estratégico Territorial, que traçaram as diretrizes observadas até a realização do evento supracitado.

O trabalho seguiu da seguinte forma: primeiramente a notícia foi publicada no site oficial da SEPLAN (Unidade Coordenadora do Projeto - UCP)[8] divulgado a forma de Consulta, para o PDH foi escolhido o formato de webinar, pois seria mais vantajoso para os objetivos da Consulta; foi divulgada também a data, a hora e um resumo dos objetivos do Projeto, bem como os instrumentos socioambientais - Marco de Gestão Socioambiental e Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. Em seguida, foram enviados cartilhas com as principais informações acerca das ações do Projeto, bem como uma cópia do MGAS e do PEPI como forma de convite para o webinar a autoridades e grupos de interesse identificados previamente, tais como: Agentes de Desenvolvimento Territoriais, Conselhos, Sindicatos, lideranças comunitárias, ONGs, todos atuantes nas áreas de abrangência do Projeto, na tentativa de garantir a representatividade, bem como de perceber a perspectiva dos atores sociais afetados e/ou interessados no Projeto. Buscou-se assegurar que todos os canais de comunicação e consulta contemplassem as diferentes categorias que estão envolvidas com os impactos positivos e negativos do Projeto.

2.4. Mobilização e Divulgação do webinar do Projeto PDH

O processo de mobilização tinha como principal objetivo sensibilizar a sociedade civil para a importância da participação no encontro e dependia fundamentalmente da capacidade técnica em articular parcerias que contribuíssem para universalizar ao máximo possível a presença do público beneficiado direta ou indiretamente das intervenções do Projeto.

[8] Disponível em: www.seplan.pi.gov.br.

A mobilização dependeu fundamentalmente da capacidade da SEPLAN[9] em articular parcerias com o poder público municipal, entidade da sociedade civil e lideranças locais, a fim de garantir a participação, tendo em vista que as atividades da SEPLAN se concentram na Capital do Estado.

Cabe aqui observar, ainda, que o reduzido período destinado à mobilização dos 224 municípios poderia prejudicar sobremaneira tal atividade, especialmente em face da impossibilidade de deslocamento de equipes técnicas a cada um dos 224 municípios do Estado, o que não se observou em face da ação adotada pela coordenação.

O chamamento para o webinar deu-se principalmente pela ação dos Agentes de Desenvolvimento Territorial, que por meios de grupos de articulação com a sociedade civil conseguiram mobilizar o público para o evento. Para a divulgação, os agentes utilizaram grupos de Whatsapp consolidados e criados para ações dessa natureza e e-mails para envio de convites. As categorias de chamadas praticadas para a consulta foram iniciadas com antecedência de uma semana da realização.

Nessa etapa, importa destacar a disponibilização das cartilhas temáticas (Anexo 2) com informações relevantes que garantiram que as partes consultadas tivessem a possibilidade de interagir com o escopo do webinar e emitir suas opiniões a respeito do Projeto, a exemplo do detalhamento dos componentes e suas intervenções, obras e propostas de fomento à economia, Marco de Gestão Ambiental e Social e Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. Os documentos[10] foram oferecidos no formato adequado para facilitar a compreensão de todos, com antecedência necessária para estudo e conhecimento das partes interessadas.

Relativamente ao processo de divulgação empreendido registra-se que, apesar dos links constarem apenas na página da SEPLAN, esta foi amplamente divulgada pelas demais Unidades Implementadoras do Projeto (UIPs) de forma a atingir o público alvo.

Ainda no tocante às ações de divulgação do PDH, ressalta-se o I Seminário Informativo voltado para as equipes técnicas da SESAPI, realizado no dia 14/09/2022, com participação da SEPLAN, dos Coordenadores Regionais de Saúde, funcionários da SESAPI, Coordenadora da Saúde da Mulher e com especialistas do Banco Mundial, com objetivo de compartilhar informações e esclarecer os objetivos e atividades do Projeto, totalizando 45 participantes no evento (Anexo 3). Da mesma forma, no dia 26/10/2022 ocorreu o I Seminário informativo e de divulgação das atividades do PDH voltadas para Assistência Social, contando com a participação de servidores/funcionários da SASC e equipe técnica da SEPLAN (Anexo 4). Por fim, no dia 30/11/2022 ocorreu um Seminário no âmbito da SASC voltado somente para divulgação das atividades do Projeto que envolvem o Cartão Pró-Social.

2.5. Estratégia de participação

A transmissão do Webinar ocorreu de forma simultânea por meio de duas plataformas: ZOOM e YOUTUBE do Governo do Estado, a partir de empresa contratada para a realização do serviço, que fez gravação integral do serviço.

Nessa etapa, viabilizou-se canal online, com formulário[11], por meio do qual os interessados puderam apresentar manifestações e contribuições para o evento ou mesmo responder de forma individualizada. O aludido formulário ficou disponível aos interessados por 7 (sete) dias após a realização do Webinar.

Os chats dos canais de transmissão se transformaram em espaços de socialização

[9] A partir do Termo de Cooperação Técnica nº 5/2023 celebrado entre a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN) e a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), ficou acordado a migração dos Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADTs) para SAF. Esta necessidade se deu mediante direcionamento das demandas advindas dos Territórios de Desenvolvimento (TD) estarem voltadas, em sua maioria, à agricultura familiar.

[10] Disponíveis em: http://www.seplan.pi.gov.br/documentos.php

[11] Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1Ntsh7MSyMzmN9JD_V6lg_sQe4EfYDIduAAPVezp840A/viewform?edit_requested=t rue.

e de manifestação simultânea durante as exposições, com a indicação de mediador para gerenciamento, possibilitando a reunião das principais questões e dúvidas apresentadas. Durante a transmissão do evento, registrou-se mais de 66 manifestações por meio dos chats do ZOOM e YOUTUBE.

O acesso à Webinar foi livre, sem exigência de cadastro ou seleção prévia, bastando o acesso por meio do canal disponibilizado e lançado no dia 21 de outubro de 2022, véspera da data do evento, quando as equipes das Unidades Implementadoras do PDH intensificaram a mobilização do público-alvo do encontro.

Vale salientar que, ainda que não obrigatório, foi possível traçar um perfil mínimo dos participantes do evento quando se solicitou a realização de breve cadastro no formulário disponibilizado antecipadamente. O supracitado perfil será apresentado no item a seguir.

3. Implantação do Webinar de divulgação e socialização do PDH

Durante a realização do Webinar de divulgação e socialização do Projeto Piauí: Pilares de Desenvolvimento Humano (PDH), ocorrida em Reunião Ordinária realizada em 28 de outubro de 2022, na sede da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), Teresina, registrou-se a participação total de 167 (cento e sessenta e sete) pessoas, sendo 19 (dezenove) presencialmente, 81 (oitenta e um) por meio do canal do Youtube e 67 (sessenta e sete) pela sala criada na plataforma do Zoom (Anexo 5). Das 167 presenças confirmadas, 66 expuseram de forma individualizada através do formulário de manifestação e contribuições, todas as participações identificaram território e município de origem. A planilha extraída a partir dos formulários preenchidos pelos participantes em questão segue no Anexo 6.

Observou-se maior participação de representantes dos municípios dos Territórios de Carnaubais, Entre Rios, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Vale do Rio Guaribas, Tabuleiro do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras, Vale do Sambito, Chapada Vale do Rio Itaim. Quando se avalia a participação por gênero, constata-se que houve maior participação de mulheres, foram 36 (trinta e seis) participações femininas, contra 24 (vinte e quatro) participações feitas por homens. Duas pessoas informaram apenas as entidades às quais pertencem. Ressalta-se que compareceram presencialmente à Webinar representantes das Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), que coordena o referido Projeto e, consequentemente, o evento, bem como da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI), da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos do Estado do Piauí, unidades implementadoras do Projeto - PDH. Estiveram presentes, ainda, assessores técnicos da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) e das Diretorias de Operações de Créditos Externas e de Planejamento Estratégico Territorial, que deram suporte na organização e mediação do Webinar.

Seguindo metodologia traçada pela UCP, iniciada as atividades, o Webinar seguiu as etapas abaixo, desenvolvidas ao longo de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos:

(a) Abertura e introdução do PDH no contexto das ações estaduais;
(b) Apresentação do PDH e seus componentes;
(c) Apresentação dos aspectos socioambientais; e
(d) Abertura de espaço de diálogo para interação com os participantes sobre suas considerações, dúvidas, recomendações e/ou reclamações a respeito das intervenções e dos aspectos socioambientais do PDH.

A etapa relacionada no item (a) ficou a cargo da então Secretária do Planejamento do Estado do Piauí, Rejane Tavares, que após dar boas-vindas e agradecer a presença de

todos, manifestou a satisfação em realizar o evento em parceria com SESAPI e SASC. Em seguida, a mesma fez um breve resumo das demandas do Estado que culminaram na elaboração do PDH. Destacou que o Projeto tem forte característica de inclusão econômica, resultando daí sua grande importância para os beneficiários dos programas de transferência de renda do Estado e pessoas elegíveis para receber os cursos de qualificação financiados com recursos do Projeto, ou seja, pessoas em situação de vulnerabilidade. A Secretária concluiu sua fala abrindo os trabalhos e, oportunamente, solicitando ao público contribuição com o debate apresentando sugestões, avaliação e discussão da proposta em elaboração.

No que cabe ao item (b), o trabalho foi conduzido pelo Diretor de Operações Externas, Célio Pitanga, que iniciou sua exposição destacando que o PDH é um Projeto do Estado do Piauí desenvolvido em resposta a uma crise econômica e social exacerbadas pela pandemia de COVID-19 e que, nesse sentido, o objetivo geral do PDH é melhorar a preparação do sistema público para crises, fortalecendo a capacidade de resposta do Sistema de Vigilância em Saúde e dos Sistemas de Proteção Social e Fomento à inclusão social e econômica. Foi explanado os objetivos específicos do Projeto e, ainda, detalhados os componentes e subcomponentes, relacionando-os às entidades co executoras das ações finalísticas do Projeto.

Em seguida, foram apresentados os principais riscos e impactos ambientais e sociais do Projeto, juntamente com suas respectivas ações mitigadoras e de controle, além dos impactos positivos que o Projeto pretende alcançar. Durante o webinar foi constantemente reforçado que os instrumentos socioambientais (PEPI, PCAS, MGAS) estão disponíveis no site da SEPLAN, para a consulta completa dessas informações. Além disso, também foi destacado que para o PDH será utilizado como mecanismos de atendimento a queixas e reclamações os canais já existentes da Ouvidoria Geral do Estado (OGE) e das respectivas setoriais.

Como um mecanismo de deliberação, o Webinar do PDH reservou quase metade da sua duração para a participação da sociedade civil, a exemplo das associações de moradores, sindicatos dos trabalhadores rurais, associações quilombolas, setores organizados na área da política da juventude, Cáritas, membros de Conselhos Territoriais, servidores municipais representantes das Regionais de Saúde e Conselho de Assistência Social, a partir de um diálogo aberto com a mesma nos chats do Youtube e Zoom.

Nesse momento, surgiram perguntas quanto ao objetivo do Projeto, o público alvo, os cursos de capacitação, participação dos municípios no Projeto, entre outras (Anexo 7). A partir disso, foi aproveitado o momento para esclarecer quais serão as estratégias de mobilização e engajamento dos beneficiários. Em resumo, a Superintendente de Direitos Humanos da SASC, Janaína Mapurunga, esclareceu que a sociedade civil será uma importante aliada do Projeto, não apenas como beneficiária, mas como um agente mobilizador, ao identificar a população que está dentro do perfil dos programas (beneficiários do cartão pró-social e cursos de capacitação). Além disso, foi dito que os critérios para participação dos programas serão divulgados amplamente nos municípios, especialmente, por meio da mídia local, rádios e tvs, de forma que a população fique ciente de como ocorrerá o Projeto.

A participação dos municípios será garantida, a partir da renovação da adesão dos 224 municípios em janeiro de 2023. Dessa forma, será iniciado o processo de qualificação das gestões municipais para execução do Projeto. Quanto aos cursos de qualificação, foi respondido que os mesmos já foram previamente definidos em diversas modalidades durante a preparação do Projeto, mas que o Projeto estará aberto a sugestões de novos cursos, após a realização do webinar. O detalhamento das perguntas e respostas ocorridas durante o Webinar pode ser visto no Anexo 7. Outras sugestões puderam ser feitas por meio do preenchimento do formulário disponibilizado no site da SEPLAN, pelo período de uma semana após a consulta. Finalmente, importante esclarecer que mesmo os formulários

ficaram disponíveis durante 7 (sete) dias após o Webinar, não houve nenhum outro comentário além daqueles que foram enviados e respondidos durante o evento (Webinar).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consulta foi conduzido de maneira transparente e equitativa, garantindo um espaço de fala livre, permitindo que os atores consultados pudessem, inclusive, se opor ao Projeto e não somente apresentar suas discordâncias pontuais e sugestões de soluções para mitigação de impactos.

Nesse sentido, cabe anotar que os conteúdos apresentados pela Coordenação do Webinar, objeto deste documento, contribuíram para que os participantes dirimissem as dúvidas existentes acerca do processo de preparação do Projeto Piauí: Pilares de Desenvolvimento Humano (PDH) até o momento. É relevante destacar que, a discussão que ocorreu durante o Webinar não vai acarretar nenhuma alteração ou modificação dos documentos socioambientais[12] do Projeto.

Considerando que a mobilização teve foco nas entidades da sociedade civil, a participação das partes impactadas pelas obras e ações do PDH se revela bastante significativa do ponto de vista qualitativo, haja vista a presença preponderante de representantes de tais entidades.

Vale destacar que as falhas ocorridas durante a transmissão pelas plataformas foram sanadas logo que percebidas e não acarretaram prejuízo ao acompanhamento dos trabalhos e a estabilidade permitiu a fluidez das manifestações, observadas na participação e interação ocorridas com perguntas e respostas, bem como nos depoimentos que sugeriram a satisfação e relevância do encontro por partes dos atores sociais presentes.

Arrisca-se afirmar que os resultados obtidos com a realização do Webinar, já apresentam mostras do efetivo cumprimento do objetivo da ação: divulgar as informações sobre consequentes obras e iniciar o processo de participação significativa, estabelecendo um canal de comunicação junto aos setores interessados.

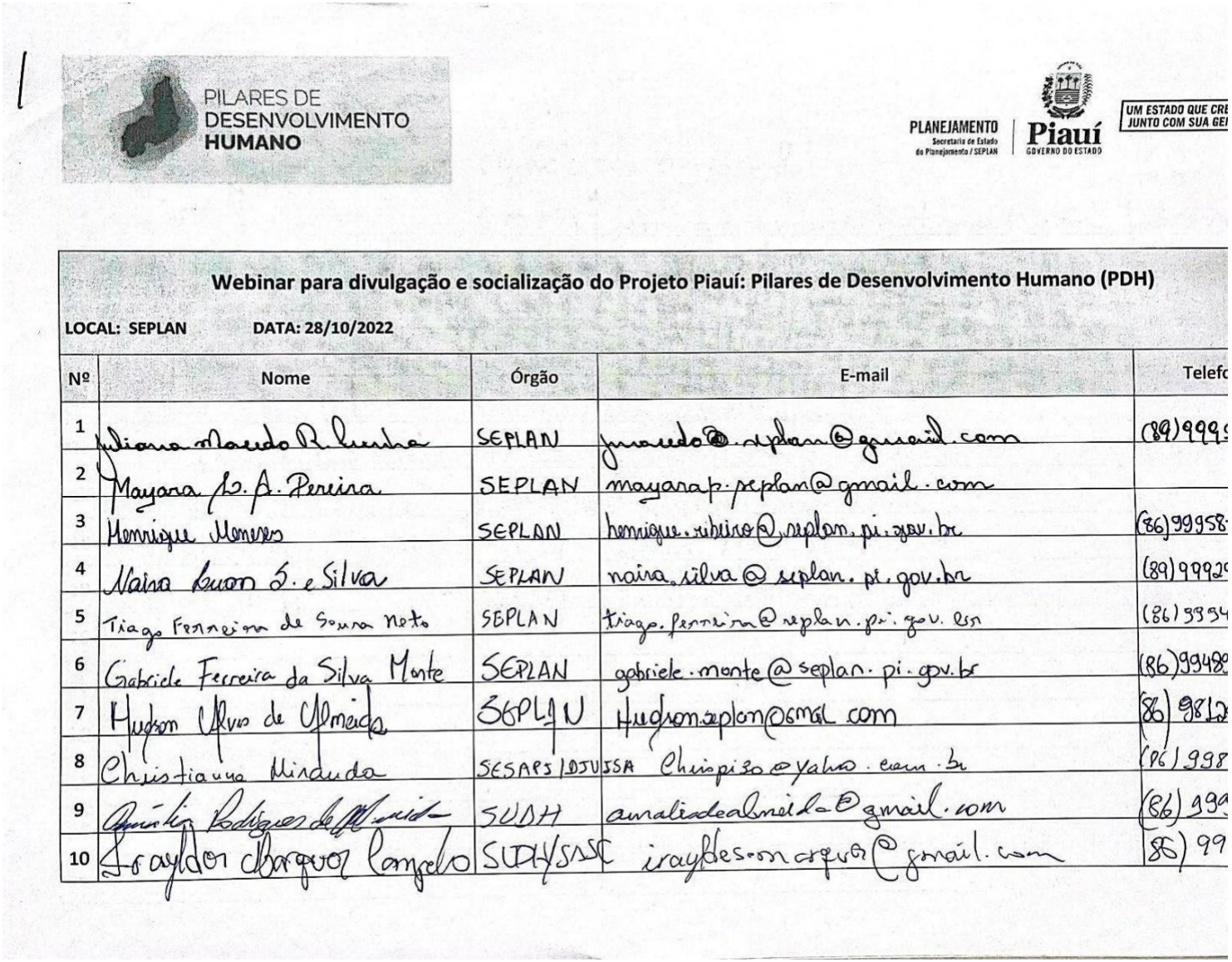
Por fim, o Governo do Estado do Piauí avalia que o webinar do PDH foi concluído de forma exitosa com ampla participação dos diversos segmentos da sociedade, atingindo seu objetivo principal de divulgar as informações sobre o Projeto e iniciar o processo de participação significativa, estabelecendo um canal de comunicação junto aos setores interessados.

[12] Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Envolvimento com as Partes Interessadas.

ANEXOS

(Consulta Pública)

Anexo 1. Lista de Presença do Webinar



PILARES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

PLANEJAMENTO Secretaria de Estado do Planejamento / SEPLAN | Piauí GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CRE... JUNTO COM SUA GE...

Webinar para divulgação e socialização do Projeto Piauí: Pilares de Desenvolvimento Humano (PDH)

LOCAL: SEPLAN **DATA: 28/10/2022**

Nº	Nome	Órgão	E-mail	Telefo
1	Juliana Macedo R. Lima	SEPLAN	jmacedo@...seplan@gmail.com	(89)999...
2	Mayara Jo. A. Pereira	SEPLAN	mayarajp.peplan@gmail.com	
3	Henrique Moreira	SEPLAN	henrique.ribeiro@seplan.pi.gov.br	(86)99958...
4	Naira Lucia S. e Silva	SEPLAN	naira.silva@seplan.pi.gov.br	(89)9992...
5	Tiago Ferreira de Sousa neto	SEPLAN	tiago.ferreira@seplan.pi.gov.br	(86)3334...
6	Gabriele Ferreira da Silva Monte	SEPLAN	gabriele.monte@seplan.pi.gov.br	(86)9948...
7	Hudson Alves de Almeida	SEPLAN	Hudson.seplan@gmail.com	(86) 981...
8	Christiane Miranda	SESAPS/DJUSSA	Chrispiso@yahoo.com.br	(86) 998...
9	Amélia Rodrigues de Almeida	SUDH	ameliadealmeida@gmail.com	(86) 999...
10	Irayldes Marques Coelho	SUDH/SESC	irayldesmarques@gmail.com	(86) 99...

PILARES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

PLANEJAMENTO Secretaria de Estado do Planejamento / SEPLAN | Piauí GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CR
JUNTO COM SUA GE

	Nome	Orgão	E-mail	Telefon
11	Zenira Martins Silva	SESAPI	zeniramartins@hotmail.com	86 99
12	Norma Sueli Alberto	SESAPI/SUPAT	normaalberto@yahoo.com.br	86 - 9945
13	Cícera Romana Andrade	SEPLAN/DPEE	cicero.andrade@seplan.pi.gov.br	86- 99908
14	Carlos Eduardo C. Batista	SEPLAN/PI		(46) 9981
15	Leonardo dos Reis Melo	SEPLAN/CEPRO	leonardo.melo@seplan.pi.gov.br	(86)9984
16	Juciara de Lorima Linhares Cunha	SEPLAN/CEPRO	juciara.cunha@seplan.pi.gov.br	(86)9943
17	Romênia Nolêto Quedes	SESAPI/DIVISA/GGES	divisa.gges@saude.pi.gov.br	(86)97400-
18	MARIA CLEONEIDE BRAGA MORAES	SEPLAN	cbraga.seplan@gmail.com	(86) 9885
19	Cristiane M. Fé	SESAPI	cristiane.dmonaje@hotmail.com	(86)988
20				
21				
22				
23				
24				
25				

Anexo 2. Convite e Cartilha temática



PILARES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Divulgação/ Socialização do Projeto
Pilares de Desenvolvimento Humano (PDH)

Data/ Hora e Local

28 de outubro às 9h, virtual

Objetivo

A proposta do evento é divulgar as informações do projeto com ênfase nos potenciais impactos que as ações podem gerar do ponto de vista socioambiental. Dessa forma, o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) serão disponibilizados para a sociedade com a devida antecedência, de forma que a participação no evento seja mais qualificada e permita melhor diálogo com os representantes do Governo do Estado.

Será implementado em todo o Piauí

Componentes do Projeto

- Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde e capacidades;
- Fortalecimento do Sistema de Proteção Social e capacidades;
- Apoio a uma maior segurança alimentar e acompanhamento nutricional de crianças;
- Gerenciamento do projeto.

Participantes Interessados

- População em geral do Estado do Piauí;
- Corpo técnico da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e suas regionais;
- Corpo técnico da Secretaria de Estado Assistência Social e Cidadania do Piauí;
- Representantes das Secretarias Municipais de Saúde;
- Representantes das Secretarias/Coordenadorias Municipais de Assistência Social;
- Usuários dos serviços do CEREST;
- Beneficiários do Cartão Pró- Social e de outros Programas de Transferência de Renda Famílias;
- População em situação de insegurança alimentar e crianças afetadas pela desnutrição;
- Instâncias Colegiadas de Gestão nas áreas de Saúde e da Proteção Social;
- Representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDS);
- Representantes dos Conselhos territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS);
- Sindicato de Servidores da Saúde e Assistência Social do estado do Piauí;
- Organizações não-governamentais que atuam nas áreas de saúde e proteção social;

Saiba mais

Acesse os documentos do projeto. Clique aqui

Participe da Socialização do Projeto: Pilares do Desenvolvimento Humano - PDH Clique aqui


DESENVOLVIMENTO
HUMANO


PILARES DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO
DIVULGAÇÃO | SOCIALIZAÇÃO


10:02
WhatsApp
4G
Chat ao vivo
Principais mensagens 57
do evento
Cleoneide Braga "Sala Empreendedor", fique tranquilo, a Consulta Pública está sendo gravada e ficará disponível para todos,
Cleoneide Braga Importante lembrar que os principais documentos destacados na Consulta Pública estão disponíveis no site da SEPLAN.
Curta o chat ao vivo! Não se esqueça de proteger sua privacidade e seguir nossas diretrizes da comunidade.
Saiba mais
Daniel Victor Oliveira Pessoa Já podem fazer os questionamentos, lembrando de identificar o nome, cidade e instituição.
Sala Empreendedor Cleoneide obrigada. Meu nome é Maria Hilda. Sou Agente de Desenvolvimento do município de Regeneração
Participe publicamente do chat como Marco...


10:18
4G
Chat ao vivo
Principais mensagens 45
Ramiro secretario Municipal de Agricultura de Dom Inocencio-PI
ZENIRA MARTINS SILVA MARTINS SILVA Cristiane muito oportuno seus esclarecimentos quanto a área da Vigilância em Saúde
Moacir Pereira Como é que esse Projeto pode contemplar as APAES nos territórios?
Daniel Victor Oliveira Pessoa Por favor, ao perguntar identificar nome, cidade e instituição
Curta o chat ao vivo! Não se esqueça de proteger sua privacidade e seguir nossas diretrizes da comunidade.
Saiba mais
Moacir Pereira Moacir Pereira Agente Territorial do Tabuleiro do Alto Parnaíba. perguntei sobre as APAES.
fernanda soares Bom dia, Fernanda Soares, SASC.
Participe publicamente do chat como Marco...


10:29
WhatsApp
4G
Chat ao vivo
Principais mensagens 43
Ramiro secretario Municipal de Agricultura de Dom Inocencio-PI
ZENIRA MARTINS SILVA MARTINS SILVA Cristiane muito oportuno seus esclarecimentos quanto a área da Vigilância em Saúde
Moacir Pereira Como é que esse Projeto pode contemplar as APAES nos territórios?
Daniel Victor Oliveira Pessoa Por favor, ao perguntar identificar nome, cidade e instituição
Curta o chat ao vivo! Não se esqueça de proteger sua privacidade e seguir nossas diretrizes da comunidade.
Saiba mais
Moacir Pereira Moacir Pereira Agente Territorial do Tabuleiro do Alto Parnaíba. perguntei sobre as APAES.
fernanda soares Bom dia, Fernanda Soares, SASC.
Participe publicamente do chat como Marco...


Erasmo / Agente...
Erasmo / Agente Territorial SEPLAN-PI
Lygia Cavalcante
Lygia Cavalcante
S
Socorro Candeira
Rosângela Sousa Sousa
SEMAS ITAUEIRA
Gildásio Chagas
Valdinar Rigues
Elza Prado
Elza Prado
Leni Lustosa
Claudia Regina Carvalho
Santos
Wiliam
Wiliam
GERARDO RESELO
Ana Cristina
Domingos
Marciel dos sant...
Marciel dos santos carvalho
Antonia Luisa
Carlos Pinheiro...
Maria Vanderlei...
Adelaiz
Segura
Participantes
Chat
Compartilhar tela
Gravar
Mostrar legendas
Salas Simultâneas
Reações
Aplicativos
Quadros brancos
Interromper vídeo

Carimbo de data/hora	Nome	E-mail	Cidade e Território	Instituição	Número de telefone/ WhatsApp	Escreva aqui a sua dúvida
2022/10/25 10:51:01	Ysnaia Rodrigues Barrado de Sousa Leão		Simplício Mendes		89 99	
2022/10/26 05:22:46	ANTÔNIO HOLANDA E SILVA		Luis Correia	APAE Luiz Correia	86995	Pretendo participar
2022/10/27 10:34:13	Aparecida silva sousa		Itainopolis	Amai	89 99	
2022/10/27 11:13:40	Maria Eduarda de França Rodrigues		Itaueira	SEMAS- Secretaria Municipal de As	89981	
2022/10/27 12:29:02	Eufrásia Cronemberger Martins		Pajeú do Piauí, entre rios PIAUÍ e Itaueira	Secretaria De Assistente social e C	89981	Como se dar a aos municípios este apoio protetivo?
2022/10/27 12:30:50	Associação Caju Mel		Santo Antônio de Lisboa/Vale do Rio Guaribas	Associação	89981	Gostaria de saber porque quando se inscreve um CNPJ, para Associação só tem direto depois de 02 anos de formalização da mesma. Contudo muitos associados ficam desacreditados de início. Deveriam rever isso, se o agricultor se associa é porquê está precisando unir forças diante tantas burocracias diárias abusivas.
2022/10/27 13:06:26	Maria Vanderlela Batista de Morais Silva		São Miguel do Fidalgo	Sindicato dos trabalhadores rurais	89994	É pra falar sobre o q a reunião
2022/10/27 13:16:02	Iholanda Carlos de Barros		São José do piauí	Associação Afro_Quilombola	89988	Quero participar
2022/10/27 14:09:31	Bárbara Lívia da Silva		Água Branca	Associação comunitaria angico é m	86998	E só um dia e
2022/10/27 14:44:27	Moacir Pereira da Silva		Tabuleiros do Alto Parnaíba	SEPLAN-PI	(89)99	....
2022/10/27 15:52:06	Roseni Teresinha Gonçalves		Teresina	Centro da Juventude Santa Cabrini	86988	Como podemos somar forças para fortalecer a segurança alimentar de nossas crianças e adolescentes
2022/10/27 16:11:28	LUANA KARINNE DA COSTA NOGUEIRA		TERESINA - ZONA SUL	CENTRO DA JUVENTUDE SANTA	86 99	N/A
2022/10/27 16:59:58	Cicero varton dos Santos		Vale do guaribas	Associação de moradores do bairro	88981	Isso é projeto pra associação
2022/10/27 17:02:40	Cicero varton dos Santos		Vale dos guaribas	Associação de moradores do bairro	89981	Isso é projeto pra associação
2022/10/27 17:57:19	Rita Gomes Ribeiro		Sigefredo Pacheco. Carnaubais	sindicato dos Trabalhadores Rurais	86 .98	tem quantidade de participantes?
2022/10/27 17:58:29	Maria Do Socorro		Jatobá do Piauí	Associações	+5586	Não tenho
2022/10/27 18:13:38	Celestino Ribeiro		Altos	Emater	99992	não tenho
2022/10/27 18:14:11	Leila de Almeida Soares		Castelo do Piauí	Secretaria de saúde	86998	Como esse projeto pode apoiar na implantação dos consórcio de saúde no Estado?
2022/10/27 18:26:16	francisco gomes da silva filho		sigefredo pacheco/pi. território dos carnaubais	sindicato dos trabalhadores rurais e	(86) 9	conhecer o projeto
2022/10/27 18:44:07	Antônia vanderli Araújo silva		Juazeiro do Piauí	Pilares desenvolvimento Humano	86981	E um curso ou uma reunião
2022/10/27 18:56:23	José Luiz da Silva		Cabeceiras do Piauí	Prefeitura	86981	Tudo bem
2022/10/27 19:02:23	Rosélia Ribeiro da Silva		Sigefredo Pacheco	Associação de moradores do bairro	86982	Sou suplente, posso participar ativo.
2022/10/27 19:05:04	Maria de Nasaré Cardoso Reinaldo		Nossa Senhora de Nazaré PI /Território dos Carn	AMAN	86981	Participação pelo YouTube.
2022/10/27 19:11:56	Joelson de um Sousa Vieira		Castelo do Piauí	Cefesa	86 99	Sobre o evento como todo
2022/10/27 19:19:38	José Luiz da Silva		Cabeceiras do Piauí	Prefeitura	86981	Ok
2022/10/27 19:28:57	Geraldino veloso de oliveira		São José do Peixe	Prefeitura	89994	Porque o nosso território não recebe benefícios
2022/10/27 19:37:43	Anizio Alves Bezerra		Buriti dos montes	Sindicato dos trabalhadores rurais	86981	Não tenho
2022/10/27 20:19:17	Fernanda Gielde Lima Martins		Altos	Sec municipal de Educação	86994	Não
2022/10/27 21:06:06	Rayana		Teresina	Icev	86 98	.
2022/10/27 21:44:27	Sim		Apae	Sim		Sim
2022/10/27 21:54:24	Inácio de Sousa Milaniz		Teresina	Prefeitura são João da serra	86 98	Só participar
2022/10/27 23:09:14	Fabiana Vaz de Melo		Brasília	Fiocruz	61996	No momento participar e conhecer
2022/10/27 23:34:23	Samara Augusta		Teresina		86981	Direitos Humanos
2022/10/28 06:02:15	GILVAN DE SOUSA SA		Canavieira	U E Mariano José Roberto	89994	O evento e de forma presencial
2022/10/28 06:13:44	Maria do Socorro Sousa Matos		Altos - Piauí	Unidade Escolar Hugo Napoleão	(86) 9	Como a escola será beneficiada com esse projeto?
2022/10/28 07:12:04	Gecivaldo José da Gama		Carnaubais	SEPLAN	86994	Como será executado nos territórios?
2022/10/28 07:52:40	Rosângela Fernandes Guerra		Curimatá Chapada das mangabeiras	Caritas	89999	Como acessar os projetos
2022/10/28 08:06:41	FRANCISCO CRISTOVÃO COSTA DA SILVA		Cocal de Telha, território dos carnaubais	Sociedade civil	86 98	Tem certificado?
2022/10/28 08:09:25	FRANCISCO CRISTOVÃO COSTA DA SILVA		Cocal de Telha	Sociedade civil	86 98	Tem certificado?
2022/10/28 08:26:32	Maria Lúcia Araújo e Silva		Entre rios	GAZ" DO NORTE("Grupo de Articu	86994	Sem dúvidas
2022/10/28 08:28:31	Benedito Rubens Luna de Azevedo		Teresina	Fundação Velho Monge	86 99	Sem dúvidas
2022/10/28 08:29:39	Benvindo da Rocha Oliveira Neto		Campo maior	COOPPRAS	86981	Que e esse projeto e seu benefício pra população
2022/10/28 08:33:47	Atyla Helton de Sousa Ribeiro		Jerumenha	Câmara Municipal	89994	Não tenho
2022/10/28 08:41:19	Raimundo Alves de Matos		Guadalupe	Associação de moradores	89999	Sem duvida
2022/10/28 09:01:01	Raquel da Silva Miranda		SÃO RAIMUNDO NONATO	13a GRE	89994	Será para todos os profissionais da Educação?
2022/10/28 09:05:28	Lidiane Maria Vieira Veloso		VALENCA DO PIAUI Território Vale do Sambito	Conselho Territorial - MPA	86999	Não tenho
2022/10/28 09:05:31	Patrícia Vasconcelos		Teresina - Cocais	SAF	86988	não tenho
2022/10/28 09:06:48	eberson martins de oliveira		vale do guaribas picos	emater	89981	quero participar
2022/10/28 09:12:13	Luana Francisca de Sousa		Curimatá território chapada das mangabeiras		89999	Não tem

Carimbo de data/hora	Nome	E-mail	Cidade e Território	Instituição	Número de telefone/ WhatsApp	Escreva aqui a sua dúvida
2022/10/28 09:12:31	Geriandio Gonçalves de Oliveira		Itaueira	Prefeitura Municipal de Itaueira	89999	Melhorar o saneamento básico e ambiental para a produção e como os recursos serão efetivados e aplicados diretamente aos municípios para fomentar e salvar os recursos minerais e vegetais e animais do município.?
2022/10/28 09:13:01	Sandra Silva Cardoso		Esperantina/PI	AMAE	(86)99	Entendo que este momento seja de socializar as ações planejadas
2022/10/28 09:14:01	Agivan Moura Fé Luz		Picos e Território Vale do Guaribas	Banco do Nordeste	089 9	Sem dúvidas
2022/10/28 09:14:48	Edimilson Rodrigues Moreira		Isaias Coelho Vale do Canindé	Ass. Quilombola do Sabonete	(89) 9	Quero saber mais do projeto
2022/10/28 09:15:11	Ana Lúcia Germano da Silva		Buriti dos Montes	Seduc pi	86981	Sem.
2022/10/28 09:15:38	Francisca Alves Rodrigues		Currailinhos	Associação dos produtores rurais	98428	Não
2022/10/28 09:22:38	Adalberto Pereira		Teresina	Cootapi	(y ooo	?
2022/10/28 09:26:09	Monique		Pavussu	Secretaria	89999	Nennhuma
2022/10/28 09:30:14	Márcia Regina pissolotto		Teresina pi	Assistência social	86981	Essa capacitação é para outras secretarias também
2022/10/28 09:34:05	Raimundo jose Pereira de Sousa		Bertolínia Alto Parnaíba	Associação Placa e adjacências	89994	Sem duvidas
2022/10/28 09:36:33	Teresa rosa dê morais Moura		Campo grande do Piauí	Sindicato	89981	Nenhuma
2022/10/28 09:43:15	Maria Jacinta Fernandes		Santo Antônio de Lisboa	U.E.Miguel Borges de Moura	89981	Como garantir o cumprimento desse processo
2022/10/28 09:55:09	Maria jacirlene Lopes		Marcolandia território chapada vale do Rio Itaim	STTR	89994	Não tenho
2022/10/28 09:58:45	Luana Francisca de Sousa		Curimatá território Chapada das mangabeiras	Sem	89999	Sem
2022/10/28 10:36:41	Maria Do Socorro		Jatobá do Piauí		+5586	Humano PDH
2022/10/28 16:28:32	Betiana Silva Soares		Palmeirais	Unidade Escolar Sebastião Soares	86994	Participação das Unidades de Ensino

***As tarjas brancas foram adicionadas para resguardar informações pessoais dos participantes.**

Matriz Devolutiva do Webinar

Perguntas	Respostas
Como o Projeto vê a relação da vulnerabilidade das populações de baixa renda com as Mudanças Climáticas, sendo estas um vetor de degradação ambiental e social?	Talvez nesse Projeto a gente não perceba relação mais direta, embora conste no Marcos de Gestão Ambiental e Social as preocupações com questões ambientais tais como emissão de gases de efeito estufa. Em paralelo a esse Projeto o Governo do Estado também está no estágio de implementação de mais dois Projetos que tem um forte componente de gestão ambiental, um deles atua em 138 municípios em 7 territórios no semi árido, que prevê ações ambientais como: recuperação de nascentes; recuperação de mata ciliares; apoio a pequenos agricultores utilizando tecnologias ambientalmente sustentáveis e um outro Projeto com foco no Norte do Estado, 4 territórios, apoiado pelo Banco Mundial está em processo de construção. Prevê ações de recuperação de nascentes; recuperação de mata ciliares; Projetos produtivos (inserção produtiva do pequeno agricultor) produz um efeito ambiental muito forte. Esses Projetos são orientados pelo uso de tecnologias ambientalmente sustentáveis, como combate a incêndio e etc. Dois Projetos cuja questão ambiental está mais visível. Diria que esse Projeto ao fazer a qualificação profissional e fortalecer as ações de transferência de renda produz impacto ambiental na medida que se tira as pessoas da vulnerabilidade, mas os outros Projetos que são paralelos e que vai nas mesmas áreas de atuação do PDH, tem esse olhar, digamos assim, mais específicos para essas ações ambientais.
Na execução do Projeto cabe parceria com pessoas jurídicas da sociedade, cooperativa, associação etc?	No âmbito da Assistência Social a Sociedade Civil é uma grande parceira, mas ela não entra na execução, ela entra como parceira na mobilização do público que vai ser beneficiado. No momento da realização de atividades de formação dos Municípios sempre a gente convida, agora mesmo estamos desenvolvendo nos 12 territórios, ações de seminário na área de Direitos Humanos onde a gente convida todo mundo. Mas, o principal é a família está cadastrada no Cadastro Único, quem faz o Cadastro Único é o Município (gestor municipal), então as primeiras ações de identificação das famílias no sistema SASC - integração quem faz é a gestão municipal. A Sociedade Civil é parceira também na busca ativa, porque se eu sei que lá na zona rural do meu município eu tenho uma família extremamente pobre que não é beneficiária de nenhum Programa Social, eu posso estar encaminhando aquela família, orientando aquela família, levar até o CRAS do Município, Centro de Referência do Município, para que ela seja inserida no Programa. A Sociedade Civil é uma parceira na identificação das pessoas, mas a execução do Programa toda ela se dá pela gestão municipal. Da mesma forma ela vai ser parceira na execução dos cursos no momento da mobilização local quando dissermos que vamos ter vagas para o curso de qualificação, gerente de caixas dentre outras coisas a Sociedade Civil pode estar nos ajudando colaborando na mobilização das famílias para participarem do curso.
Esse Projeto será executado pela SEPLAN ou tem outras setoriais envolvidas?	Esse Projeto não será executado pela SEPLAN e sim pelas Unidades Implementadoras do Projeto que no caso serão a SESAPI e a SASC. A SEPLAN será a Unidade Centralizado do Projeto

Perguntas	Respostas
No Projeto deveria constar alguma ação voltada para a formalização de consórcios intermunicipais voltados para melhor estruturação/execução das políticas de assistência social.	O Projeto não contempla consórcios na área da Assistência Social e isso não tem como mudar. Veja bem, nós temos no Projeto 4 áreas que já estão determinadas: modernização da SASC; qualificação da gestão da SASC, transferência de renda, e a parte da inclusão econômica, e dentro da inclusão produtiva nós temos os cursos de qualificação. E dentro dessas 4 áreas temos ainda uma quinta, que também é muito Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Envolvimento com as Partes Interessadas.
As Associações também podem ser contempladas com esse Projeto?	As associações assim como toda a sociedade civil participa do Projeto no momento da mobilização, identificação das famílias ou pessoas que queiram participar dos cursos de qualificação, por exemplo: temos cursos de geração de renda que serão ofertados aquelas pessoas que procuram o SINE que é para qualificação da mão de obra. Vamos ter cursos profissionalizantes mais direcionados a quem está na zona rural, na área da apicultura, vamos ter cursos direcionados para o empreendedorismo. A Sociedade Civil vai ser parceira não no processo de execução dos cursos em si, mas ela é parceira na identificação e mobilização das famílias, por exemplo as mães que estão na APAE do seu município ela pode procurar a Assistência Social do seu município ser inserida e depois qualificada.
Quais são os critérios para o município ser beneficiado pelo o Projeto?	Atualmente os 224 Municípios assinaram acordo de cooperação e um termo de adesão válido por 18 meses, portanto válido até dezembro deste ano, onde eles aderiram ao Cartão do Pró-Social (falando do cartão pq é quem vai puxar as capacitações e é o que vai atingir as pessoas). Em janeiro do ano que vem vamos iniciar processo de novas adesões, vamos renovar esse processo de adesão, então todos os Municípios serão contactados e todos (Prefeitos e Secretários municipais) terão que assinar a adesão e o acordo de cooperação, é assim que os municípios fazem parte do processo no que compete a SASC. Fazendo essa adesão, já vamos iniciar o processo de qualificação das gestões municipais para execução do Projeto, então se dá nesse processo jurídico de adesão
Como é que esse Projeto pode contemplar as APAES nos territórios?	Não vai ser parceira na execução do Projeto mas na mobilização das famílias, identificando por meio da busca ativa. Poderá nos ajudar na identificação das famílias que estão dentro do perfil dos Programas que vamos desenvolver, esse perfil vai ser divulgado, vai ser trabalhado. A ideia também é que a gente tenha ampla divulgação por meio da mídia local, vamos fazer várias atividades quando o Projeto for iniciado, tanto por rádio quanto por tv para que as pessoas possam ficar cientes de quando vai acontecer o Projeto.
No bloco de capacitação, quando se fala em capacitação dos profissionais para o sistema da vigilância em saúde, está incluído o sistema de vigilância alimentar e nutricional?	Sim, dentro do segmento intersetorial, ou seja, será uma ação desenvolvida pela saúde (SESAPI) conjuntamente a Assistência Social (SASC). Será desenvolvido ações específicas para Segurança Alimentar de crianças dentro do cumprimento de alguns critérios que vamos estar publicando e dando seguimento em breve. Essa vigilância alimentar e nutricional também está sendo contemplada pelo Projeto.

Perguntas	Respostas
Como se dá aos municípios este apoio protetivo?	São ações que vão fortalecer a dinâmica da política municipal dentro da Assistência Social, vem para fortalecer.
Como podemos somar forças para fortalecer a segurança alimentar de nossas crianças e adolescentes?	É uma ação que tem um público específico que vai ser trabalhado, com famílias que tenham crianças de zero a cinco anos de idade.
Como esse Projeto pode apoiar na implementação dos consórcios de Saúde no Estado?	A questão dos consórcios intermunicipais é uma questão muito discutida entre os gestores da Saúde, porque a gente entende que através deles nós poderíamos estar fazendo grandes parcerias com as Regionais de Saúde que tem problemas semelhantes a superar, diferentemente, aqui no Projeto nós não temos nenhuma ação específica, nós temos aqui todo um processo de Projeto para ser detalhado ainda, mas o corte relativo a informação que foi passada pela Janaina, famílias que tenham crianças nessa faixa etária e nós teremos outro momento para fazer o detalhamento mais específicos dessa ação de Intersetorialidade.
Os cursos de qualificação já estão definidos ou serão abertos de acordo com as necessidades das populações locais?	Em relação aos cursos, nós também já temos os cursos definidos previamente, porém se vocês quiserem mandar sugestões fiquem a vontade. Temos todas as modalidades de cursos que foram abordadas nas propostas, mas eu penso que agora, no momento da Consulta, também aceitaremos sugestões do que vocês acharem necessários. Coloque o território, de qual município vem a demanda, caso não esteja na nossa proposta a gente pode incluir perfeitamente isso não é problema. Nesse momento o Projeto ainda não está fechado totalmente, precisamos ouvir vocês. No site da SEPLAN tem um formulário e lá você poderá deixar sugestões dos cursos, identificando seu território para coleta de informações.

Anexo 2. Linhas de atuação do Projeto por tipo de Atividades

Grupos de Atividades	Atividades	Partes Interessadas	Momentos Importantes para se Engajar e Formas de Engajamento
Modernização de estruturas físicas, equipamentos e mobiliários	i. Reforma/adequação de espaço físico dos serviços de Vigilância em Saúde no estado, mapeados como prioritários. ii. Reforma/adequação de espaço físico para implantação de 1 (uma) Sala de Situação (Observatório). iii. Reforma/adequação de 22 núcleos de informação em Saúde. iv. Readequação física do Laboratório Central (LACEN). v. Implantação de uma unidade de LACEN Regional. vi. Reforma da estrutura física da SASC. vii. Reestruturação da rede elétrica da SASC. viii. Reestruturação da rede lógica da SASC (cabeamento, estrutura de TI e softwares). ix. Equipamentos e mobiliários para as unidades administrativas e gerenciais dos serviços de vigilância estadual. x. Equipamentos e mobiliários para sala de situação, núcleos de informação e Serviços de Vigilância do Óbito (SVO). xi. Estruturação física e tecnológica do SVO de Teresina. xii. Implantação de quatro Serviços de Vigilância do Óbito (SVO) nas sedes das macrorregiões. xiii. Equipamentos de avaliação de risco (medidores de riscos físicos, químicos e biológicos, equipamentos para análise toxicológica; Instrumentos de medição: termômetro de infravermelho, termômetro para medição de temperatura de geladeira, freezer, estufa; autoclaves). xiv. Estruturação dos serviços de intermediação pela adequação do SINE à legislação federal vigente e equipamentos (mobiliário e informática).	Funcionários das Unidades a serem reformadas (SASC/ SESAP); Construtoras; Usuários dos Serviços (Saúde/ Proteção Social); Sindicatos da Construção Civil; Sindicato dos Servidores das áreas da Saúde e proteção Social;	**Durante a elaboração do TDR:** ● Reuniões com finalidade de coletar as reais necessidades das equipes técnicas em relação a compra de equipamentos; **Planejamento:** ● Pesquisa mais ampliada com os funcionários dos locais a serem reformados para coleta de sugestões, que podem ser acompanhadas pelos Grupos Consultivos a serem criados; ● Nos locais com acesso ao público externo (usuários), disponibilizar antecipadamente caixas de sugestões com formulários com itens pré-definidos para capturar as reais necessidades a serem atendidas em função das obras/reformas com devolutivas (e-mail, whatsapp) após análise; ● Campanhas publicitárias utilizando veículos de comunicação de grande circulação local/regional com emprego de linguagem simples e objetiva informando da obra/reforma nos locais com acesso ao público; ● Reuniões prévias com os servidores e funcionários para comunicar das obras e prazos; ● Treinamento prévio para os funcionários terem condições de orientar os usuários de como proceder durante o período de obras; ● Newsletters internas;

Grupos de Atividades	Atividades	Partes Interessadas	Momentos Importantes para se Engajar e Formas de Engajamento
	xv. Aquisição de veículo adaptado para atendimento SINE móvel. xvi. Desenvolvimento de aplicativo, e aquisição de 2 tablets para cada município). xvii. Aquisição de equipamentos (mobiliário, informática). xviii. Aquisição de veículos (caminhonetes para visita a municípios) e aquisição de dois veículos SINE.		● Newsletters internas; ● Reuniões periódicas de gestão e execução e monitoramento a serem realizadas entre os Grupos Consultivos (funcionários) dos locais a serem reformados e ponto focal das Unidades Implementadoras; ● Murais e placas informativas em locais de fácil visualização (linguagem simples e objetiva) nas estruturas que serão reformadas; ● Campanhas publicitárias utilizando veículos de comunicação de grande circulação local/regional com emprego de linguagem simples e objetiva informando da obra/reforma nos locais com acesso ao público; **Operação/ Funcionamento:** ● Disponibilizar caixas de sugestões e formulários com itens pré-definidos com finalidade de coletar feedback e devolutivas (e-mail, whatsapp) após análise; Espaço (meios) para que as pessoas possam tirar dúvidas, reclamações.

Grupos de Atividades	Atividades	Partes Interessadas	Momentos Importantes para se Engajar e Formas de Engajamento
Capacitação de Equipes Técnicas das redes da Saúde e Assistência Social	i. Capacitação e formação dos profissionais para o sistema de vigilância. i. capacitação dos profissionais para o sistema de Vigilância. ii. Capacitação dos gestores da Atenção Primária, Serviços Ambulatoriais e Assistenciais de Saúde, de urgência e emergência e regulação, nos componentes da Vigilância em Saúde. iii. Capacitação de profissionais e dirigentes em áreas estratégicas da vigilância sanitária e saúde do trabalhador. iv. Capacitação de técnicos e gestores dos sistemas municipais nas rotinas, nos fluxos e processos de vigilância em saúde, especialmente epidemiológica e ambiental. v. Capacitação operacional e técnica das equipes gestoras e administrativas dos serviços de vigilância estaduais. vi. Capacitação operacional e técnica dos profissionais dos serviços de vigilância em saúde. vii. Capacitações em gestão e avaliação de riscos para os técnicos	● Funcionários e profissionais da Saúde que serão capacitados; ● Funcionários e Profissionais da Assistência Social que serão capacitados; ● Sindicatos dos servidores da Saúde e da Assistência social;	**<u>Planejamento:</u>** ● Reuniões com as equipes técnicas que serão submetidas a capacitação com finalidade de coletar as reais necessidades das equipes das Equipes Técnicas; ● Newsletters internas; **<u>Implementação:</u>** ● Newsletters internas; Reuniões de Sindicatos; ● Reuniões de Conselhos Profissionais; ● Divulgação via redes sociais Oficiais das áreas da saúde e da Assistência Social; **<u>Execução/operação:</u>** ● Colete de feedback dos profissionais que foram